

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	11
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes	101
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	103

Motivos de Reapresentação	104
---------------------------	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2010</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	3.922.515.918
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>3.922.515.918</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2008	Dividendo	29/12/2008	Ordinária		0,00001
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2009	Dividendo	30/10/2009	Ordinária		0,00002
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	17/11/2009	Dividendo	30/11/2009	Ordinária		0,00005
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2010	Dividendo	21/06/2010	Ordinária		0,00003

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1	Ativo Total	4.313.606	4.505.620	4.344.657
1.01	Ativo Circulante	737.482	1.189.976	1.189.347
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.568	159.779	275.578
1.01.02	Aplicações Financeiras	25.614	195.623	140.687
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	25.614	195.623	140.687
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	25.614	195.623	140.687
1.01.03	Contas a Receber	508.287	671.682	654.584
1.01.03.01	Clientes	508.278	670.084	654.141
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	636.822	758.612	749.511
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-169.057	-119.876	-173.168
1.01.03.01.03	Consumidores de Baixa Renda	14.234	17.097	16.771
1.01.03.01.04	Ativos Regulatórios	3.181	4.141	54.463
1.01.03.01.05	Cauções e Depósitos	23.098	10.110	6.564
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	9	1.598	443
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	9	1.598	443
1.01.04	Estoques	38	2.130	2.671
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.014	69.010	61.621
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.014	69.010	61.621
1.01.07	Despesas Antecipadas	604	802	1.068
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	103.357	90.950	53.138
1.01.08.03	Outros	103.357	90.950	53.138
1.02	Ativo Não Circulante	3.576.124	3.315.644	3.155.310
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.104.017	951.272	923.473
1.02.01.03	Contas a Receber	20.842	28.887	26.610
1.02.01.03.01	Clientes	20.842	28.887	26.610
1.02.01.06	Tributos Diferidos	405.849	373.294	439.354
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	405.849	373.294	439.354
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	715	724	747
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	715	724	747

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	676.611	548.367	456.762
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	80.237	80.138	71.855
1.02.01.09.05	Depósitos Vinculados a Litígios	143.450	149.883	128.811
1.02.01.09.06	Cauções e Depósitos	36.006	51.164	40.072
1.02.01.09.07	Ativo Indenizável (Concessão)	416.918	267.182	216.024
1.02.03	Imobilizado	40.771	38.284	36.853
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.148	27.639	29.950
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	13.623	10.645	6.903
1.02.04	Intangível	2.431.336	2.326.088	2.194.984
1.02.04.01	Intangíveis	2.431.336	2.326.088	2.194.984
1.02.04.01.02	Softwares	36.278	38.016	33.042
1.02.04.01.03	Direito de Uso da Concessão	2.395.058	2.288.072	2.161.942

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2	Passivo Total	4.313.606	4.505.620	4.344.657
2.01	Passivo Circulante	1.057.712	890.882	830.172
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.833	26.822	21.037
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	25.833	26.822	21.037
2.01.02	Fornecedores	274.569	221.679	191.504
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	274.569	221.679	191.504
2.01.03	Obrigações Fiscais	60.634	50.428	37.405
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43.418	39.917	31.841
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.469	8.677	7.631
2.01.03.01.02	PIS e COFINS a Pagar	29.375	28.223	22.515
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Fiscais	574	3.017	1.695
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	14.984	9.994	4.696
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.232	517	868
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	450.098	308.363	346.108
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	247.319	147.288	311.600
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	247.319	147.288	311.600
2.01.04.02	Debêntures	202.779	161.075	34.508
2.01.05	Outras Obrigações	246.578	283.590	234.118
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	94.018	88.709	9.286
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	88.709	9.286
2.01.05.02	Outros	152.560	194.881	224.832
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	28.908	53.267	66.515
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	23.467	15.589	21.562
2.01.05.02.05	Parcelamento Especial	6.988	5.537	5.815
2.01.05.02.06	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	77.065	42.803	52.414
2.01.05.02.07	Obrigações com Contribuição de Iluminação Pública	7.267	44.207	32.866
2.01.05.02.08	Passivo Regulatório	5.671	5.580	16.147
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	3.194	27.898	29.513
2.02	Passivo Não Circulante	1.672.425	2.060.746	2.036.035

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	797.854	1.198.044	1.177.132
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	355.834	580.388	671.286
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	355.834	580.388	671.286
2.02.01.02	Debêntures	442.020	617.656	505.846
2.02.02	Outras Obrigações	404.706	338.721	344.373
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.409	2.778	3.736
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.409	2.778	3.736
2.02.02.02	Outros	402.297	335.943	340.637
2.02.02.02.03	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	365.212	232.146	218.952
2.02.02.02.04	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	6.721	34.037	25.313
2.02.02.02.05	Parcelamento Especial	14.480	18.403	23.127
2.02.02.02.06	Provisão de Baixa Renda	0	35.359	51.000
2.02.02.02.07	Passivo Regulatório	15.877	15.877	22.196
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	7	121	49
2.02.03	Tributos Diferidos	23.547	16.441	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.547	16.441	0
2.02.04	Provisões	446.318	507.540	514.530
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	446.318	507.540	514.530
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.045	50.641	94.468
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	184.482	265.169	267.215
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	229.791	191.730	152.847
2.03	Patrimônio Líquido	1.583.469	1.553.992	1.478.450
2.03.01	Capital Social Realizado	998.230	998.230	998.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	704.187	577.940	489.730
2.03.04.01	Reserva Legal	53.119	42.312	31.198
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	628.099	408.420	431.979
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.969	127.208	26.553
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-142.202	-45.432	-32.764

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.154.775	3.150.958	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.399.048	-2.207.023	0
3.03	Resultado Bruto	755.727	943.935	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-294.001	-274.095	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-179.207	-63.325	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-114.794	-210.770	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	461.726	669.840	0
3.06	Resultado Financeiro	-133.811	-122.233	0
3.06.01	Receitas Financeiras	133.286	101.394	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-267.097	-223.627	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	327.915	547.607	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-111.823	-186.747	0
3.08.01	Corrente	-87.419	-97.721	0
3.08.02	Diferido	-24.404	-89.026	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	216.092	360.860	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	216.092	360.860	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,06000	0,09000	0,00000



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	216.092	360.860	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-96.770	-12.668	0
4.02.01	Perda em Fundo de Pensão	-146.621	-19.194	0
4.02.02	Tributos Diferidos	49.851	6.526	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	119.322	348.192	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	403.527	516.521	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	720.057	841.752	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	216.092	360.860	0
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	159.495	40.359	0
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	172.122	170.824	0
6.01.01.04	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	46.148	65.485	0
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	107.417	81.507	0
6.01.01.06	Receita de Ativo Indenizável	-27.798	14	0
6.01.01.07	Valor Residual de Intangível e Indenizável baixado	4.623	6.348	0
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.403	89.027	0
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	17.555	27.328	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-316.530	-325.231	0
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	19.521	-105.029	0
6.01.02.02	Estoques	2.092	541	0
6.01.02.03	Partes Relacionadas	6.538	77.333	0
6.01.02.04	Tributos a Compensar	6.897	-15.672	0
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	198	266	0
6.01.02.06	Cauções e Depósitos	2.170	-14.638	0
6.01.02.07	Depositos Vinculados a Litígios	6.433	-21.072	0
6.01.02.08	Outros Créditos	-11.447	12.510	0
6.01.02.09	Fornecedores	-9.801	12.334	0
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-989	5.785	0
6.01.02.11	Tributos a Pagar	10.206	13.023	0
6.01.02.12	Taxas Regulamentares	7.878	-5.973	0
6.01.02.13	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	6.946	-887	0
6.01.02.14	Pagamento de Benefícios Pós Emprego	-17.201	-25.550	0
6.01.02.15	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-107.368	-57.648	0
6.01.02.16	Outros Passivos	-96.058	-30.205	0
6.01.02.17	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-68.017	-108.376	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.01.02.18	Pagamento de Juros de Debêntures	-74.528	-61.973	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-151.178	-353.363	0
6.02.01	Outros Ativos Financeiros	192.548	-10.314	0
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-343.726	-343.049	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-374.560	-278.957	0
6.03.01	Captação de Debêntures	0	250.000	0
6.03.02	Pagamento de Debêntures	-135.927	0	0
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos.	9.965	50.337	0
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos.	-134.338	-293.397	0
6.03.05	Dividendos Pagos	-114.260	-285.897	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-122.211	-115.799	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	159.779	275.578	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.568	159.779	0

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	532.508	0	0	1.553.992
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	532.508	0	0	1.553.992
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.580	-51.265	0	-89.845
5.04.08	Aprovação de Dividendos Propostos	0	0	-61.549	0	0	-61.549
5.04.09	Dividendo Mínimo Obrigatório	0	0	0	-28.352	0	-28.352
5.04.10	Dividendos Adicionais	0	0	22.969	-22.969	0	0
5.04.16	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	56	0	56
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	119.321	0	119.321
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	216.092	0	216.092
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-96.771	0	-96.771
5.05.02.06	Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-146.621	-146.621
5.05.02.07	Tributos Diferidos	0	0	0	0	49.850	49.850
5.05.02.08	Transferência para Lucros Acumulados	0	0	0	-96.771	96.771	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	68.056	-68.056	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	5.969	-5.969	0	0
5.06.05	Reserva de Reforço de Capital de Giro	0	0	62.087	-62.087	0	0
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	561.984	0	0	1.583.468

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	524.418	0	0	1.545.902
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-67.452	-1	0	-67.453
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	456.966	-1	0	1.478.449
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-92.649	-180.000	0	-272.649
5.04.06	Dividendos	0	0	-193.304	0	0	-193.304
5.04.08	Aprovação de Dividendos Propostos	0	0	-26.553	0	0	-26.553
5.04.09	Dividendo Mínimo Obrigatório (R\$ 0,0135 por lote de 1.000 ações)	0	0	0	-52.792	0	-52.792
5.04.10	Dividendos Adicionais (R\$ 0,0400 por lote de 1.000 ações)	0	0	127.208	-127.208	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	348.192	0	348.192
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	360.860	0	360.860
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.668	0	-12.668
5.05.02.06	Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-19.194	-19.194
5.05.02.07	Tributos Diferidos	0	0	0	0	6.526	6.526
5.05.02.08	Transferência para Lucros Acumulados	0	0	0	-12.668	12.668	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	168.191	-168.191	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	11.114	-11.114	0	0
5.06.05	Reserva de Reforço de Capital de Giro	0	0	157.077	-157.077	0	0
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	532.508	0	0	1.553.992

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.01	Receitas	4.588.505	4.599.460	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.291.494	4.226.689	0
7.01.02	Outras Receitas	60.643	81.381	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	395.864	331.749	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-159.496	-40.359	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.115.787	-1.986.653	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.191.877	-1.154.534	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-894.780	-739.395	0
7.02.04	Outros	-29.130	-92.724	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.472.718	2.612.807	0
7.04	Retenções	-172.122	-170.824	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-172.122	-170.824	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.300.596	2.441.983	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	133.286	101.394	0
7.06.02	Receitas Financeiras	133.286	101.394	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.433.882	2.543.377	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.433.882	2.543.377	0
7.08.01	Pessoal	113.250	122.647	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	82.568	85.171	0
7.08.01.02	Benefícios	6.748	7.786	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	23.934	29.690	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.824.851	1.824.260	0
7.08.02.01	Federais	806.255	827.172	0
7.08.02.02	Estaduais	1.015.296	994.590	0
7.08.02.03	Municipais	3.300	2.498	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	279.689	235.610	0
7.08.03.01	Juros	143.888	148.780	0
7.08.03.02	Aluguéis	12.592	11.983	0
7.08.03.03	Outras	123.209	74.847	0

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	216.092	360.860	0
7.08.04.02	Dividendos	51.321	180.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	164.771	180.860	0

**AMPLA: VOLUME DE ENERGIA VENDIDA 5,9% MAIOR EM 2010**

Energia vendida e transportada pela Companhia atingiu 9.610 GWh no ano, enquanto a Receita Bruta registrou R\$ 4,7 bilhões.

**DESTAQUES**

O volume de energia vendida e transportada pela Ampla atingiu 9.610 GWh\* em 2010, 5,9% superior ao registrado no ano anterior.

A Receita Bruta, em 2010, atingiu o montante de R\$ 4.748 milhões, um incremento de 2,3% em relação ao ano de 2009.

O EBITDA alcançou o montante de R\$ 634 milhões\* no ano, registrando redução de 24,6% em relação a 2009 e Margem EBITDA de 20,1%\*.

Em 2010, o Lucro Líquido totalizou R\$ 216 milhões, 40,1% a menos do que no ao ano de 2009. A Margem Líquida ficou em 6,8%.

O total de investimentos realizados em 2010 foi de R\$ 396 milhões, o que representa um incremento de R\$ 12 milhões, ou 3,1% em relação a 2009..

As perdas totais de energia acumularam 20,51% no ano, representando uma redução de 0,73 p.p em relação a 2009.

Os indicadores de produtividade MWh/colaborador e MWh/cliente atingiram, em 2010, 8.101\* e 3,77\*, o que representa evolução de 14,0% e 3,9%, respectivamente, em relação ao ano de 2009.

**DESTAQUES DO PERÍODO**

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. % (1)	2010	2009	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.372	2.348	1,0%	2.272	4,4%	9.610	9.071	5,9%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.539.929	1.427.773	7,9%	948.747	62,3%	4.748.000	4.639.819	2,3%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.138.682	1.038.713	9,6%	597.200	90,7%	3.154.775	3.150.958	0,1%
EBITDA(3) (R\$ mil)*	165.692	373.104	-55,6%	128.803	28,6%	633.848	840.665	-24,6%
Margem EBITDA (%)*	14,55%	35,92%	-21,37 p.p	21,57%	-7,02 p.p	20,09%	26,68%	-6,59 p.p
EBIT(4) (R\$ mil)*	114.539	329.982	-65,3%	86.636	32,2%	461.726	669.840	-31,1%
Margem EBIT (%)*	10,06%	31,77%	-21,71 p.p	14,51%	-4,45 p.p	14,64%	21,26%	-6,62 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	82.009	188.586	-56,5%	20.236	-	216.092	360.859	-40,1%
Margem Líquida (%)	7,20%	18,16%	-10,96 p.p	3,39%	3,81 p.p	6,85%	11,45%	-4,60 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	145.422	118.707	22,5%	100.516	44,7%	395.820	383.965	3,1%
DEC (12 meses)*	23,81	19,47	22,3%	27,70	-14,0%	23,81	19,47	22,3%
FEC (12 meses)*	12,74	11,92	6,9%	14,63	-12,9%	12,74	11,92	6,9%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	99,69%	99,81%	-0,12 p.p	99,47%	0,22 p.p	99,69%	99,81%	-0,12 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	20,51%	21,24%	-0,73 p.p	20,97%	-0,46 p.p	20,51%	21,24%	-0,73 p.p
Nº de Consumidores Totais* **	2.570.595	2.521.597	1,9%	2.555.294	0,6%	2.570.595	2.521.597	1,9%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.176	1.235	-4,8%	1.168	0,7%	1.176	1.235	-4,8%
MWh/Colaborador*	2.017	1.901	6,1%	1.946	3,6%	8.101	7.108	14,0%
MWh/Consumidor*	0,92	0,93	-1,1%	0,89	3,4%	3,77	3,63	3,9%
Consumidor/Colaborador*	2.186	2.042	7,1%	2.188	-0,1%	2.186	2.042	7,1%

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

(3) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações e (4) EBIT: Resultado do Serviço

\* Valores não auditados



**2 PERFIL CORPORATIVO**

**Área de Concessão**

A Ampla fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.188 km<sup>2</sup>, o que correspondente a aproximadamente 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 2,6 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população estimada de 6,7 milhões de habitantes.

**DADOS DA ÁREA DE CONCESSÃO\***

	2010	2009	Var. %
Área de Concessão (km2)	32.188	32.188	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	6.678.406	6.551.109	1,9%
Consumidores (Unid.)	2.570.595	2.521.597	1,9%
Linhas de Distribuição (Km)	49.840	49.198	1,3%
Linhas de Transmissão (Km)	3.775	3.769	0,2%
Subestações (Unid.)	116	117	-0,9%
Volume de Energia (GWh)	9.610	9.071	5,9%
Marketshare - Nº de Clientes (2)	3,62%	3,76%	-0,14 p.p
Marketshare - Volume de Energia	2,29%	2,33%	-0,04 p.p



(1) Fonte: 2010 - Censo IBGE 2010, 2009 - Estimativa Ampla

(2) Valores de 2010 estão estimados

**Estrutura de Controle**

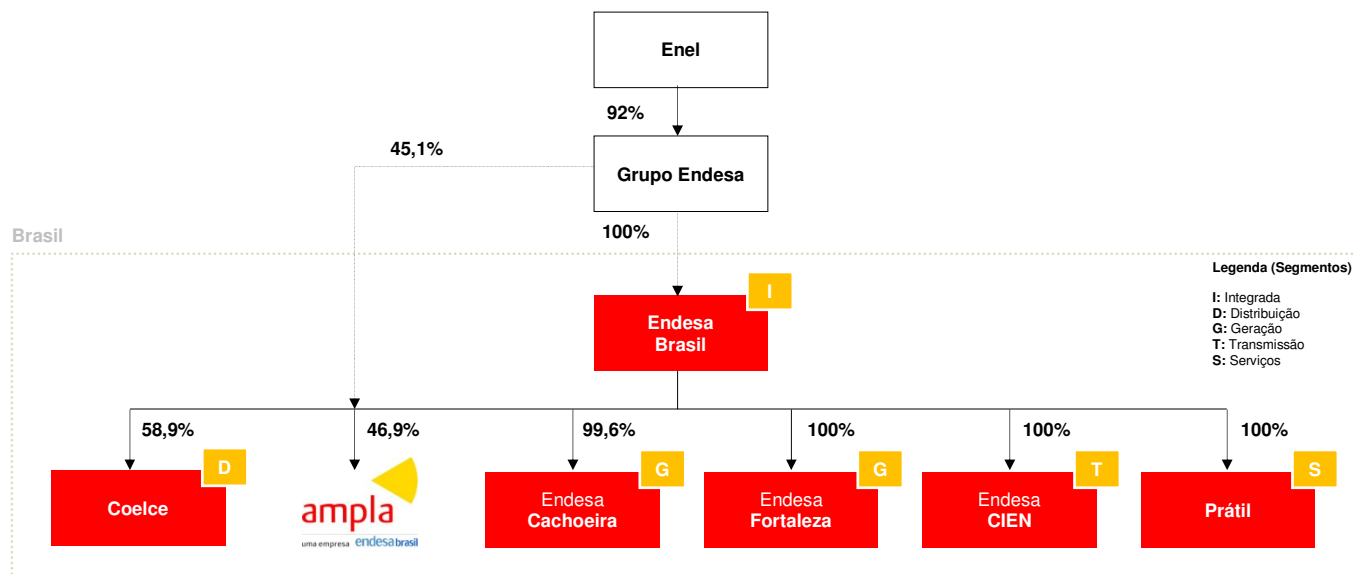
Sociedade anônima de capital aberto, a Companhia é controlada pelo grupo Enel / Endesa por meio da Endesa Brasil S/A, Chilectra Inversud S/A, Enersis S/A e Chilectra S/A que detém, respectivamente, 46,9%, 21,0%, 13,7% e 10,3% do capital total.

**ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/12/2010)**

	ON (lote de mil)	%	TOTAL	%
<b>Controladores</b>	<b>3.606.090.192</b>	<b>91,93%</b>	<b>3.606.090.192</b>	<b>91,9%</b>
Endesa Brasil	1.839.121.933	46,89%	1.839.121.933	46,9%
Chilectra Inversud S/A	824.607.526	21,02%	824.607.526	21,0%
Enersis S/A	536.591.908	13,68%	536.591.908	13,7%
Chilectra S/A	405.768.824	10,34%	405.768.824	10,3%
<b>Não Controladores</b>	<b>316.425.726</b>	<b>8,07%</b>	<b>316.425.726</b>	<b>8,1%</b>
EDP - Energias de Portugal S/A	302.176.533	7,70%	302.176.533	7,7%
Outros	14.249.193	0,36%	14.249.193	0,4%
<b>Totais</b>	<b>3.922.515.918</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.922.515.918</b>	<b>100,0%</b>

\*Valores não auditados

### Organograma Societário Simplificado



## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL

### Mercado de Energia

#### Crescimento de Mercado

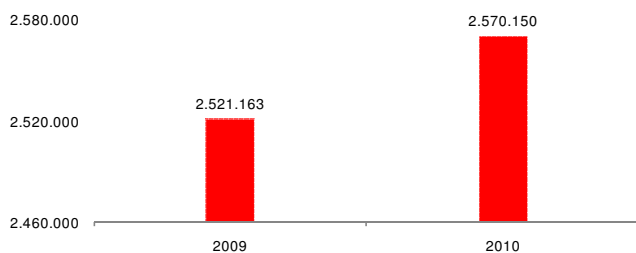
NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)\*

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
<b>Mercado Cativo</b>	<b>2.570.114</b>	<b>2.521.140</b>	<b>1,9%</b>	<b>2.554.812</b>	<b>0,6%</b>	<b>2.570.114</b>	<b>2.521.140</b>	<b>1,9%</b>
Residencial - Convencional	1.625.339	1.546.340	5,1%	1.592.618	2,1%	1.625.339	1.546.340	5,1%
Residencial - Baixa Renda	689.657	720.184	-4,2%	708.211	-2,6%	689.657	720.184	-4,2%
Industrial	5.501	5.601	-1,8%	5.465	0,7%	5.501	5.601	-1,8%
Comercial	166.841	168.263	-0,8%	166.263	0,3%	166.841	168.263	-0,8%
Rural	66.538	65.280	1,9%	66.209	0,5%	66.538	65.280	1,9%
Setor Público	16.238	15.472	5,0%	16.046	1,2%	16.238	15.472	5,0%
<b>Clientes Livres</b>	<b>23</b>	<b>18</b>	<b>27,8%</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>18</b>	<b>27,8%</b>
Industrial	19	15	26,7%	19	-	19	15	26,7%
Comercial	4	3	33,3%	4	-	4	3	33,3%
Revenda	13	5	160,0%	13	-	13	5	160,0%
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos</b>	<b>2.570.150</b>	<b>2.521.163</b>	<b>1,9%</b>	<b>2.554.848</b>	<b>0,6%</b>	<b>2.570.150</b>	<b>2.521.163</b>	<b>1,9%</b>
Consumo Próprio	445	434	2,5%	446	-0,2%	445	434	2,5%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total - Número de Consumidores</b>	<b>2.570.595</b>	<b>2.521.597</b>	<b>1,9%</b>	<b>2.555.294</b>	<b>0,6%</b>	<b>2.570.595</b>	<b>2.521.597</b>	<b>1,9%</b>

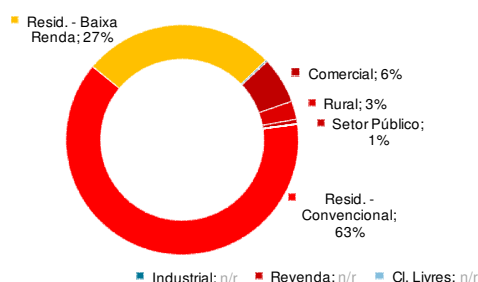
(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

\* Valores não auditados

**Número de Consumidores Efetivos (Unidades)\***  
 Evolução 2009 - 2010



**Número de Consumidores Efetivos (Unidades)\***  
 Posição Final 2010



A Ampla encerrou o ano de 2010 com 2.570.595 unidades consumidoras\* ("consumidores"), 1,9% superior ao número de consumidores ao final do ano de 2009. Esse crescimento representa um acréscimo de 48.998 novos consumidores\* à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 48.472 novos consumidores\*.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla e os investimentos realizados pela Companhia em novas conexões.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2010 com 2.570.150 consumidores\*, um incremento de 1,9% em relação ao ano anterior. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou o ano de 2010 com 23 clientes livres\*,5 a mais do que em 2009, o que equivale a um acréscimo de 27,8%.

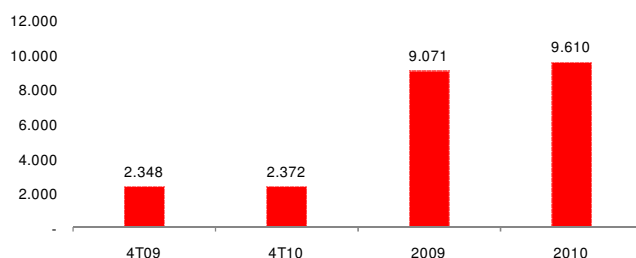
### Venda de Energia na Área de Concessão

#### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)\*

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Mercado Cativo	2.065	2.094	-1,4%	1.976	4,5%	8.438	8.061	4,7%
Clientes Livres	307	254	20,9%	296	3,7%	1.172	1.010	16,0%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>2.372</b>	<b>2.348</b>	<b>1,0%</b>	<b>2.272</b>	<b>4,4%</b>	<b>9.610</b>	<b>9.071</b>	<b>5,9%</b>

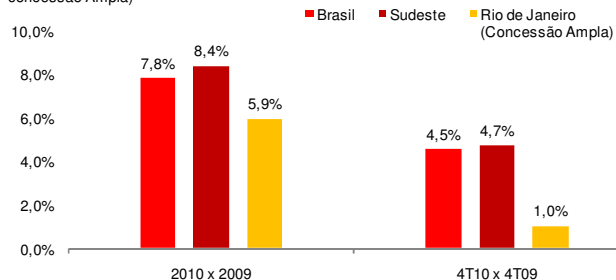
(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

**Venda e Transporte de Energia (GWh)\***  
 Evolução 4T09 - 4T10 e 2009 - 2010

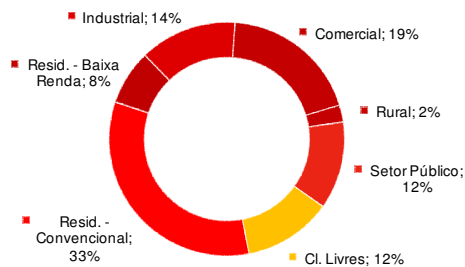


**Evolução do Volume de Energia - Comparativos (%)\***

Comparativo Brasil, Região Sudeste e Estado do Rio de Janeiro (Área de concessão Ampla)

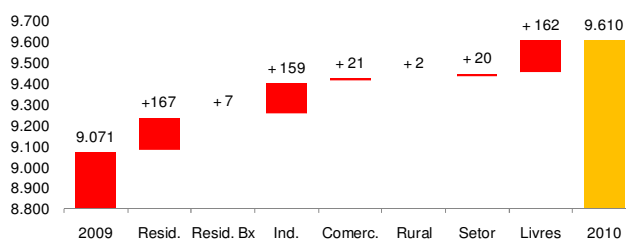


**Venda e Transporte de Energia (GWh)\***  
 Volume em 2010



**Evolução Anual do Consumo de Energia por Classe (%)**

Evolução 2009 - 2010



O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no ano de 2010 foi de 9.610 GWh\*, uma evolução de 5,9% (+539 GWh) em relação ao ano anterior, cujo volume foi de 9.071 GWh\*. Esse incremento na energia está concentrado no mercado cativo da Companhia, que apresentou uma evolução de 4,7% (+377 GWh) em 2010 (8.438 GWh\* versus 8.061 GWh\*).

\*Valores não auditados

Esta evolução também foi impulsionada, em menor escala, por um maior volume de energia transportado para os clientes livres. O volume em 2010, de 1.172 GWh\*, foi 16,0% superior ao registrado em 2009 (+162 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

#### Mercado Cativo

##### VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)\*

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Residencial - Convencional	781	789	-1,0%	711	9,8%	3.189	3.022	5,5%
Residencial - Baixa Renda	198	180	10,0%	169	17,2%	727	720	1,0%
Industrial	290	296	-2,0%	347	-16,4%	1.291	1.132	14,0%
Comercial	461	478	-3,6%	414	11,4%	1.846	1.825	1,2%
Rural	52	56	-7,1%	54	-3,7%	224	222	0,9%
Setor Público	283	295	-4,1%	281	0,7%	1.160	1.140	1,8%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>2.065</b>	<b>2.094</b>	<b>-1,4%</b>	<b>1.976</b>	<b>4,5%</b>	<b>8.437</b>	<b>8.061</b>	<b>4,7%</b>

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

O mercado cativo da Companhia apresentou um incremento de 4,7% em 2010 em relação a ano de 2009. Todas as classes apresentaram evolução no consumo. Os principais fatores que impulsionaram o aumento do consumo foram: o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 1,9%, que adicionou mais 48.998 novos consumidores efetivos\* à base comercial da Companhia, e o aumento da venda de energia per capita no mercado cativo, de 2,7%.

##### VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)\*

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Residencial - Normal	481	510	-5,7%	446	7,8%	1.962	1.954	0,4%
Residencial - Baixa Renda	287	250	14,8%	239	20,1%	1.054	1.000	5,4%
Industrial	52.718	52.848	-0,2%	63.495	-17,0%	234.685	202.107	16,1%
Comercial	2.763	2.841	-2,7%	2.490	11,0%	11.064	10.846	2,0%
Rural	782	858	-8,9%	816	-4,2%	3.366	3.401	-1,0%
Setor público	17.428	19.067	-8,6%	17.512	-0,5%	71.437	73.681	-3,0%
<b>Média - Venda per capita no Mercado Cativo</b>	<b>803</b>	<b>831</b>	<b>-3,4%</b>	<b>773</b>	<b>3,9%</b>	<b>3.283</b>	<b>3.197</b>	<b>2,7%</b>

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

A venda de energia per capita no mercado cativo foi de 3.283\* KWh/consumidor, representando um acréscimo de 2,7% em relação ao ano anterior. Isso reflete, basicamente, uma atividade industrial mais aquecida na área de concessão (8,6%\*), associada ao aumento das temperaturas médias no período. No Rio de Janeiro, a temperatura média de 2010 foi de 25,41°C\*, percentual 2,0% superior ao registrado em 2009, de 24,91°C\*.

#### Clientes Livres

##### TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)\*

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Industrial	300	249	20,5%	290	3,4%	1.144	993	15,2%
Comercial	7	5	40,0%	7	-	28	17	64,7%
<b>Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*</b>	<b>307</b>	<b>254</b>	<b>20,9%</b>	<b>297</b>	<b>3,4%</b>	<b>1.172</b>	<b>1.010</b>	<b>16,0%</b>

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia em 2010 foi de 1.172 GWh\*, o que representa um incremento de 16,0% em relação ao ano de 2009, reflexo basicamente do crescimento do número de clientes livres de 18\*, em 2009, para 23\*, no 2010.

##### TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)\*

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Industrial	15.789	16.600	-4,9%	15.263	3,4%	15.789	16.600	-4,9%
Comercial	1.750	1.667	5,0%	1.750	-	1.750	1.667	5,0%
<b>Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*</b>	<b>13.348</b>	<b>14.111</b>	<b>-5,4%</b>	<b>12.913</b>	<b>3,4%</b>	<b>50.957</b>	<b>56.111</b>	<b>-9,2%</b>

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

Em relação ao transporte de energia per capita para os clientes livres houve, no entanto, uma redução de 9,2%\* de 2009 para 2010.

\* Valores não auditados

## Balanco Energético

### BALANÇO DE ENERGIA

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Demanda máxima de energia (MW)	2.058	1.915	7,5%	1.911	7,7%	2.058	1.915	7,5%
Energia requerida (GWh)	3.245	3.176	2,2%	2.927	10,9%	12.489	11.927	4,7%
Energia distribuída (GWh)	2.608	2.494	4,6%	2.350	11,0%	9.927	9.394	5,7%
Residencial - Convencional	791	781	1,3%	679	16,5%	3.033	2.859	6,1%
Residencial - Baixa Renda	198	180	10,0%	169	17,2%	727	720	1,0%
Industrial	298	292	2,1%	291	2,4%	1.143	1.075	6,3%
Comercial	487	496	-1,8%	417	16,8%	1.840	1.818	1,2%
Rural	53	55	-3,6%	53	-	218	216	0,9%
Setor Público	305	293	4,1%	285	7,0%	1.184	1.137	4,1%
Clientes Livres	371	304	22,0%	355	4,5%	1.392	1.204	15,6%
Revenda	99	88	12,5%	97	2,1%	369	342	7,9%
Consumo Próprio	6	6	-	5	20,0%	22	22	-
Perdas na Transmissão - Rede Básica (GWh)	121	108	12,0%	129	-6,2%	554	567	-2,3%
Perdas na Transmissão - Rede Básica (%)	4,36%	3,88%	0,48 p.p	5,21%	-0,85 p.p	5,16%	5,46%	-0,30 p.p
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	637	682	-6,6%	577	10,4%	2.562	2.533	1,1%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	19,63%	21,47%	-1,84 p.p	19,71%	-0,08 p.p	20,51%	21,24%	-0,73 p.p

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

A energia total requerida pelo sistema da Ampla em 2010 foi de 12.489 GWh\*, um percentual 4,7% superior ao registrado no ano anterior (11.927 GWh\*). Esse aumento está abaixo do aumento da energia distribuída pelo sistema, de 5,7% (9.927 GWh\* versus 9.394 GWh\*), tendo em vista a redução de 0,73 p.p. nas perdas de energia, alcançando 20,51%\*, em 2010, contra 21,24%\* em 2009.

## Compra de Energia

### COMPRA DE ENERGIA (GWH)\*

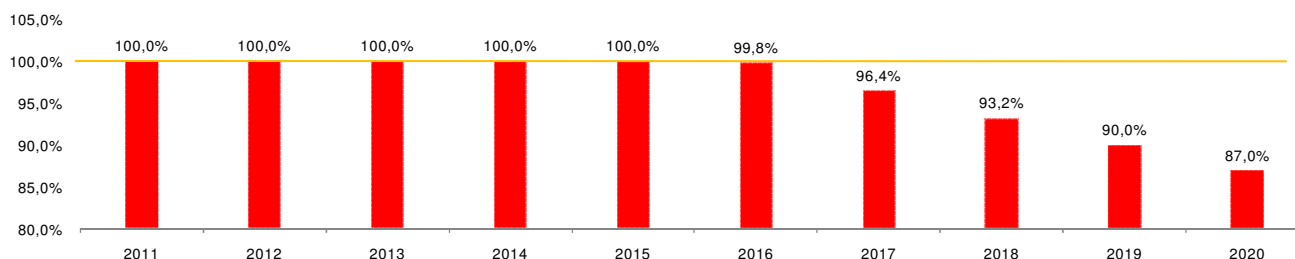
	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Itaipu	545	565	-3,5%	547	-0,4%	2.173	2.244	-3,2%
Centrais Elétricas - FURNAS	588	575	2,3%	551	6,7%	2.322	2.090	11,1%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	450	443	1,6%	416	8,2%	1.772	1.539	15,1%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	254	226	12,4%	236	7,6%	1.002	815	22,9%
Eletronorte	184	168	9,5%	161	14,3%	685	590	16,1%
COPEL	185	171	8,2%	145	27,6%	672	571	17,7%
CEMIG	135	139	-2,9%	105	28,6%	489	480	1,9%
PROINFA	71	66	7,6%	60	18,3%	231	204	13,2%
Outros	581	509	14,1%	577	0,7%	2.264	1.838	23,2%
<b>Total - Compra de Energia s/ CCEE</b>	<b>2.993</b>	<b>2.862</b>	<b>4,6%</b>	<b>2.798</b>	<b>7,0%</b>	<b>11.610</b>	<b>10.371</b>	<b>11,9%</b>
Liquidação na CCEE	(97)	30	-	(194)	-50,0%	(328)	577	-156,8%
<b>Total - Compra de Energia</b>	<b>2.896</b>	<b>2.892</b>	<b>0,1%</b>	<b>2.604</b>	<b>11,2%</b>	<b>11.282</b>	<b>10.948</b>	<b>3,1%</b>
<b>Total - Compra de Energia c/ Energia Distribuída</b>	<b>2.896</b>	<b>2.892</b>	<b>0,1%</b>	<b>2.604</b>	<b>11,2%</b>	<b>11.282</b>	<b>10.948</b>	<b>3,1%</b>

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

Os contratos de compra de energia para 2010, incluindo a liquidação na CCEE e os contratos de energia distribuída, totalizaram 11.282 GWh\* para atender a energia demandada pelo sistema. Esse montante representa um incremento de 3,1% (+334 GWh) em relação ao ano passado, que foi de 10.948 GWh\*, reflexo do crescimento do mercado e conseqüente elevação do volume de venda e transporte de energia.

### Nível de Contratação (%)

Posição Final em dez/2010



\* Valores não auditados

## Inputs e Outputs do Sistema

### INPUTS E OUTPUTS DO SISTEMA (GWH)

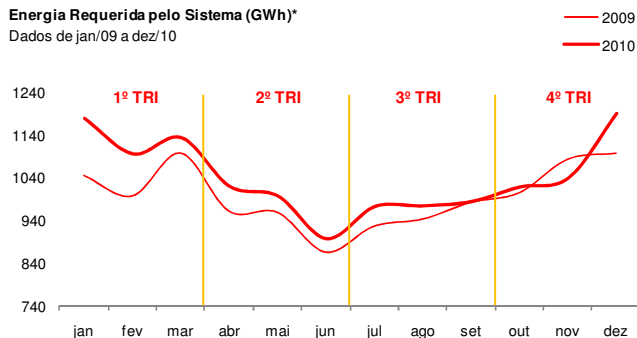
	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
<b>Totais - Inputs</b>	<b>2.896</b>	<b>2.892</b>	<b>0,1%</b>	<b>2.604</b>	<b>11,2%</b>	<b>11.282</b>	<b>10.948</b>	<b>3,1%</b>
Compra de Energia	2.896	2.892	0,1%	2.604	11,2%	11.282	10.948	3,1%
Contratos	2.993	2.862	4,6%	2.798	7,0%	11.610	10.371	11,9%
Itaipu	545	565	-3,5%	547	-0,4%	2.173	2.244	-3,2%
FURNAS	588	575	2,3%	551	6,7%	2.322	2.090	11,1%
CHESF	450	443	1,6%	416	8,2%	1.772	1.539	15,1%
CESP	254	226	12,4%	236	7,6%	1.002	815	22,9%
Eletronorte	184	168	9,5%	161	14,3%	685	590	16,1%
COPEL	185	171	8,2%	145	27,6%	672	571	17,7%
CEMIG	135	139	-2,9%	105	28,6%	489	480	1,9%
PROINFA	71	66	7,6%	60	18,3%	231	204	13,2%
Outros	581	509	14,1%	577	0,7%	2.264	1.838	23,2%
Liquidação CCEE	(97)	30	-	(194)	-50,0%	(328)	577	-156,8%
<b>Totais - Outputs</b>	<b>2.896</b>	<b>2.892</b>	<b>0,1%</b>	<b>2.604</b>	<b>11,2%</b>	<b>11.282</b>	<b>10.948</b>	<b>3,1%</b>
Perdas na Transmissão - Rede Básica	121	108	12,0%	129	-6,2%	554	567	-2,3%
Energia Distribuída - Mercado Cativo	2.775	2.785	-0,4%	2.476	12,1%	10.729	10.380	3,4%
Residencial - Convencional	791	781	1,3%	679	16,5%	3.033	2.859	6,1%
Residencial - Baixa Renda	198	180	10,0%	169	17,2%	727	720	1,0%
Industrial	298	292	2,1%	291	2,4%	1.143	1.075	6,3%
Comercial	487	496	-1,8%	417	16,8%	1.840	1.818	1,2%
Rural	53	55	-3,6%	53	-	218	216	0,9%
Setor Público	305	293	4,1%	285	7,0%	1.184	1.137	4,1%
Consumo Próprio	6	6	-	5	20,0%	22	22	-
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla	637	682	-6,6%	577	10,4%	2.562	2.533	1,1%

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

## Sazonalidade

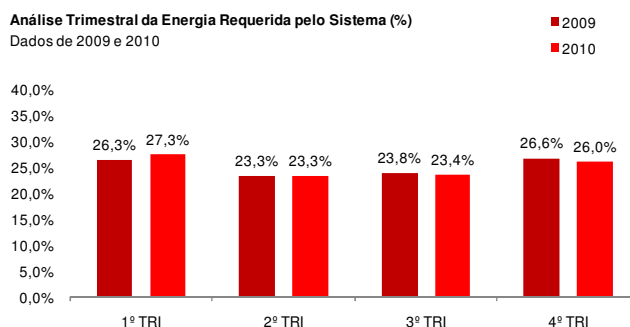
### Energia Requerida pelo Sistema (GWh)\*

Dados de jan/09 a dez/10



### Análise Trimestral da Energia Requerida pelo Sistema (%)

Dados de 2009 e 2010



## Indicadores Operacionais

### Qualidade do Fornecimento

#### INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

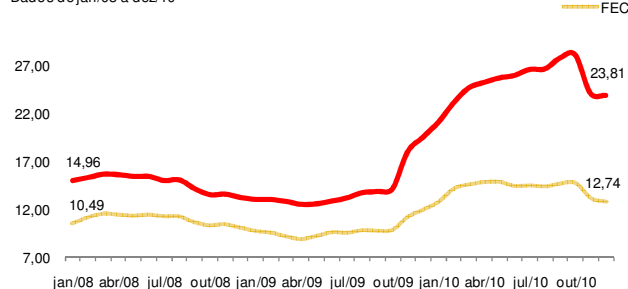
	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
DEC 12 meses (horas)	23,81	19,47	22,3%	27,70	-14,0%	23,81	19,47	22,3%
FEC 12 meses (vezes)	12,74	11,92	6,9%	14,63	-12,9%	12,74	11,92	6,9%
Perdas de Energia 12 meses (%)	20,51%	21,24%	-0,73 p.p	20,97%	-0,46 p.p	20,51%	21,24%	-0,73 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	99,69%	99,81%	-0,12 p.p	99,47%	0,22 p.p	99,69%	99,81%	-0,12 p.p
MWh/Colaborador	2.017,00	1.901,00	6,1%	1.946,00	3,6%	8.101,00	7.108,00	14,0%
MWh/Consumidor	0,92	0,93	-1,1%	0,89	3,4%	3,77	3,63	3,9%

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

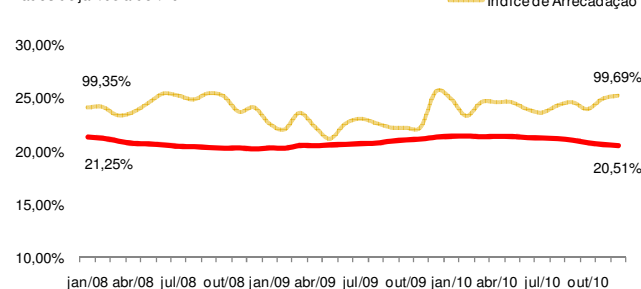
\*Valores não auditados

**Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**

**Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM\***  
Dados de jan/08 a dez/10



**Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM\***  
Dados de jan/08 a dez/10



Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem:

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).

FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Ampla encerrou o ano de 2010 com DEC de 23,81 horas\*, índice 22,3% superior ao de 2009, de 19,47 horas\*. O FEC alcançou o patamar de 12,74 vezes\*, o que representa um aumento de 6,9% em relação ao ano de 2009, que fechou em 11,92 vezes\*.

Os indicadores de qualidade da Ampla no 4T10 foram fortemente impactados por: i) condições climáticas, bem mais severas registradas no 1T10, quando as descargas atmosféricas registradas na área de concessão da empresa tiveram um aumento de 114% e ii) fortes ventos, na ordem de 56km/h, intensificaram a contaminação da rede com poluição salina na região litorânea em setembro de 2010.

Em que pese a piora dos indicadores de qualidade quando comparado 2010 com 2009, o DEC e o FEC registrados no 4T10 foram os menores de todos os trimestres do ano de 2010, o que já reflete os investimentos no Plano de Qualidade empenhado pela Companhia a partir do 2T10.

**Disciplina de Mercado**

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 20,51%\* em 2010, uma melhora de 0,73 p.p. em relação às perdas registradas em 2009, de 21,24%\*. Esse resultado é reflexo principalmente do restabelecimento do faturamento de novos clientes pela medição eletrônica que ocorreu em julho de 2009, e que estavam suspensos pela Aneel desde outubro de 2007 (exigência de certificação pelo INMETRO). No ano, foram investidos no combate às perdas o montante de R\$ 167 milhões\*.

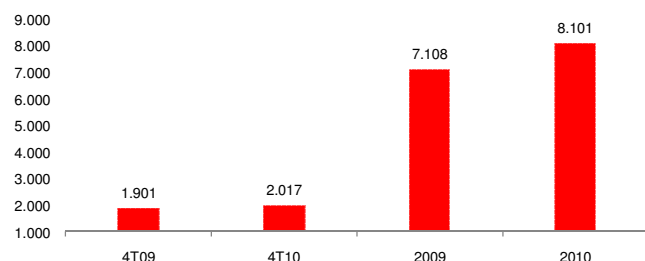
Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou o ano de 2010 em 99,69%\*, percentual em linha (-0,12p.p.) com o encerramento de 2009, de 99,81%\*, o que reflete a efetividade da arrecadação sobre o faturamento da Companhia.

**Produtividade**

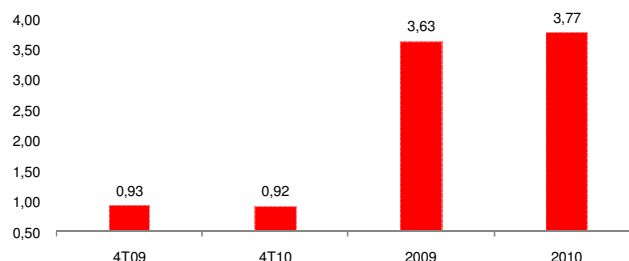
Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e geração de valor por cliente.

A Ampla encerrou o ano de 2010 com o indicador de MWh/colaborador de 8.101\*, índice 14,0% melhor que o registrado em 2009, de 7.108\*. O indicador de MWh/cliente alcançou o patamar de 3,77\*, o que representa uma melhoria de 3,9% em relação a 2009, que registrou 3,63\*.

**Indicador de Produtividade - MWh/Colaborador\***  
Evolução 4T09 - 4T10 e 2009 - 2010



**Indicador de Produtividade - MWh/Consumidor\***  
Evolução 4T09 - 4T10 e 2009 - 2010



\*Valores não auditados

4

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**Resultado**

**Overview**

**PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)**

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Receita Operacional Bruta	1.539.929	1.427.773	7,9%	948.747	62,3%	4.748.000	4.639.819	2,3%
Deduções à Receita Operacional	(401.247)	(389.060)	3,1%	(351.547)	14,1%	(1.593.226)	(1.488.861)	7,0%
Receita Operacional Líquida	1.138.682	1.038.713	9,6%	597.200	90,7%	3.154.775	3.150.958	0,1%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.024.143)	(708.731)	44,5%	(510.564)	100,6%	(2.693.049)	(2.481.118)	8,5%
<b>EBITDA(3)*</b>	<b>165.692</b>	<b>373.104</b>	<b>-55,6%</b>	<b>128.803</b>	<b>28,6%</b>	<b>633.848</b>	<b>840.665</b>	<b>-24,6%</b>
Margem EBITDA*	14,55%	35,92%	-21,37 p.p	21,57%	-7,02 p.p	20,09%	26,68%	-6,59 p.p
EBIT(4)*	114.539	329.982	-65,3%	86.636	32,2%	461.726	669.840	-31,1%
Margem EBIT*	10,06%	31,77%	-21,71 p.p	14,51%	-4,45 p.p	14,64%	21,26%	-6,62 p.p
Resultado Financeiro	(27.960)	(68.961)	-59,5%	(48.786)	-42,7%	(133.811)	(122.233)	9,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.570)	(72.435)	-93,7%	(17.614)	-74,1%	(111.823)	(186.747)	-40,1%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>82.009</b>	<b>188.586</b>	<b>-56,5%</b>	<b>20.236</b>	<b>-</b>	<b>216.092</b>	<b>360.859</b>	<b>-40,1%</b>
Margem Líquida	7,20%	18,16%	-10,96 p.p	3,39%	3,81 p.p	6,85%	11,45%	-4,60 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,02	0,05	-60,0%	0,01	100,0%	0,06	0,09	-33,3%

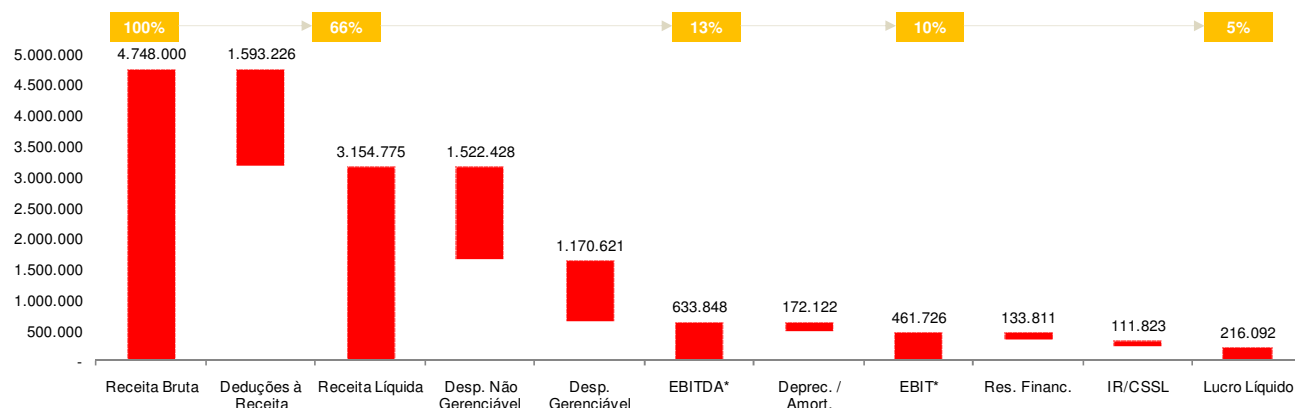
(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

(3) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

(4) EBIT: Resultado do Serviço

**Principais Contas do Resultado(R\$ Mil)**

**Overview 2010**



**Receita Operacional Bruta**

**RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)**

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Fornecimento de Energia	1.085.163	1.196.453	-9,3%	843.054	28,7%	3.806.476	3.892.880	-2,2%
Baixa Renda	22.259	28.343	-21,5%	20.728	7,4%	126.205	134.640	-6,3%
<b>Fornecimento de Energia Líquido (2)</b>	<b>1.107.422</b>	<b>1.224.796</b>	<b>-9,6%</b>	<b>863.782</b>	<b>28,2%</b>	<b>3.932.681</b>	<b>4.027.520</b>	<b>-2,4%</b>
Suprimento de Energia Elétrica	33.969	8.167	315,9%	32.068	5,9%	81.543	29.314	178,2%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	51.776	45.359	14,1%	48.839	6,0%	198.187	169.855	16,7%
CVA Passiva	193.205	-	-	(114.122)	-269,3%	79.083	-	-
Receita - IFRIC 12	147.628	131.287	12,4%	102.774	43,6%	395.864	331.749	19,3%
Outras Receitas	5.929	18.164	-67,4%	15.406	-61,5%	60.643	81.381	-25,5%
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>1.539.929</b>	<b>1.427.773</b>	<b>7,9%</b>	<b>948.747</b>	<b>62,3%</b>	<b>4.748.000</b>	<b>4.639.819</b>	<b>2,3%</b>

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

(2) Fornecimento de energia líquido de ativos e passivos regulatórios, oriundos do acordo geral do setor elétrico

A receita operacional bruta da Ampla alcançou, no ano de 2010, R\$ 4.748 milhões, um incremento de 2,3% em relação ao ano de 2009, de R\$ 4.640 milhões (+R\$ 108 milhões). Esse crescimento é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:



- Redução de 2,2% (R\$ 3.806 milhões versus R\$ 3.893 milhões) na receita por fornecimento de energia (-R\$ 86 milhões):  
O aumento de 4,7% no volume de energia vendida no âmbito do mercado cativo foi parcialmente compensado pelo reajuste tarifário negativo de 2010, no percentual médio de 4,7%, vigente a partir de março de 2010, o que explica o descasamento entre energia faturada em GWh e receita de fornecimento de energia.
- Evolução de 178,2% (R\$ 81 milhões versus R\$ 29 milhões) na receita por suprimento de energia elétrica (+R\$ 52 milhões):  
A evolução observada é explicada pelo aumento da venda de energia no mercado *spot*. Em 2010 o total de energia vendida no mercado *spot* foi de 478 GWh contra 94 GWh em 2009.
- CVA Passiva (+R\$ 79 milhões):  
De acordo com o despacho nº 4722 da ANEEL, foi realizada uma reclassificação contábil das CVA's passivas (Conta de Compensação de Variação de Valores de itens da "parcela A") a partir do terceiro trimestre de 2010. O objetivo da CVA de energia é registrar a variação dos custos de aquisição de energia elétrica ocorrida entre o valor homologado no reajuste ou revisão tarifária e os efetivamente pagos pela concessionária. Assim, caso o valor homologado no reajuste/revisão seja superior ao efetivamente pago, é constituída uma CVA passiva, de forma a que no próximo evento tarifário o montante será devolvido ao consumidor (o inverso também se aplica).
- Incremento de 19,3% (R\$ 396 milhões versus 332 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 (+64 milhões):  
A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta em 2010 foi de R\$ 396 milhões, (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 64 milhões quando comparado com o ano anterior (R\$ 332 milhões).

## Deduções da Receita

### DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
ICMS	(241.453)	(256.964)	-6,0%	(221.643)	8,9%	(1.015.296)	(994.590)	2,1%
COFINS	(54.060)	(53.304)	1,4%	(46.891)	15,3%	(227.005)	(205.491)	10,5%
PIS	(11.721)	(11.573)	1,3%	(10.180)	15,1%	(49.268)	(44.630)	10,4%
ISS	(1.360)	(501)	171,5%	(360)	277,8%	(3.300)	(2.498)	32,1%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	(13.765)	(17.579)	-21,7%	(13.567)	1,5%	(53.196)	(54.913)	-3,1%
Conta de Consumo de Combust. Fósseis - CCC	(39.807)	(19.940)	99,6%	(29.932)	33,0%	(121.644)	(75.735)	60,6%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(28.875)	(21.358)	35,2%	(18.154)	59,1%	(89.176)	(83.495)	6,8%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(6.722)	(7.841)	-14,3%	(6.258)	7,4%	(26.295)	(27.509)	-4,4%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial	(3.484)	-	-	(4.562)	-23,6%	(8.046)	-	-
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(401.247)</b>	<b>(389.060)</b>	<b>3,1%</b>	<b>(351.547)</b>	<b>14,1%</b>	<b>(1.593.226)</b>	<b>(1.488.861)</b>	<b>7,0%</b>

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

As deduções da receita aumentaram 7,0% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.593 milhões em 2010, contra -R\$ 1.489 milhões no ano de 2009 (-R\$ 104 milhões). Esse incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Acréscimo de 3,8% (-R\$ 1.295 milhões versus -R\$ 1.247 milhões) nos tributos – ICMS/COFINS/PIS/ISS (-R\$ 48 milhões):  
Este acréscimo é oriundo do aumento da base de cálculo para apuração destes tributos, composta pelo fornecimento de energia, suprimento de energia elétrica e receita pela disponibilidade da rede elétrica.
- Acréscimo de 60,6% (-R\$ 122 milhões versus -R\$ 76 milhões) na conta de consumo de combustíveis fósseis – CCC (-R\$ 46 milhões):  
A CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) refere-se aos custos de operação das usinas dos sistemas interligado e isolado brasileiro localizadas principalmente na Região Norte, cujos custos são rateados pela ANEEL entre todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL, para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoeletricas.
- Acréscimo de 6,8% (-R\$ 89 milhões versus -R\$ 83 milhões) na conta de desenvolvimento energético – CDE (-R\$ 6 milhões):  
A CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) é utilizada pelo Governo Federal para promover a competitividade da energia produzida por meio de fontes alternativas e o desenvolvimento energético do País através do programa de universalização, e seu montante é definido pela Aneel.

## Custos e Despesas Operacionais

## CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
<b>Custos e despesas não gerenciáveis</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(565.059)	(368.098)	53,5%	(134.394)	-	(1.192.173)	(1.151.833)	3,5%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(1.783)	(1.649)	8,1%	(1.791)	-0,4%	(7.015)	(6.638)	5,7%
PROINFA	(12.784)	(13.728)	-6,9%	(11.685)	9,4%	(42.982)	(41.382)	3,9%
Encargo do Uso da Rede Elétrica	(66.537)	(9.418)	606,5%	(54.323)	22,5%	(233.690)	(161.432)	44,8%
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	490	(25.877)	-101,9%	(21.732)	-102,3%	(46.568)	(83.252)	-44,1%
<b>Total - Não gerenciáveis</b>	<b>(645.673)</b>	<b>(418.770)</b>	<b>54,2%</b>	<b>(223.925)</b>	<b>188,3%</b>	<b>(1.522.428)</b>	<b>(1.444.537)</b>	<b>5,4%</b>
<b>Custos e despesas gerenciáveis</b>								
Pessoal	(38.354)	(21.057)	82,1%	(30.014)	27,8%	(136.192)	(142.728)	-4,6%
Material e Serviços de Terceiros	(73.997)	(61.205)	20,9%	(61.515)	20,3%	(265.226)	(246.214)	7,7%
Depreciação e Amortização	(51.153)	(43.122)	18,6%	(42.167)	21,3%	(172.122)	(170.824)	0,8%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(86.733)	26.345	-429,2%	(28.497)	204,4%	(159.495)	(40.359)	295,2%
Provisões para Contingências	28.233	(24.689)	-214,4%	(10.973)	-357,3%	(6.763)	(43.916)	-84,6%
Despesa - IFRIC 12	(147.628)	(131.287)	12,4%	(102.774)	43,6%	(395.864)	(331.749)	19,3%
Outras Despesas Operacionais	(8.838)	(34.946)	-74,7%	(10.699)	-17,4%	(34.959)	(60.791)	-42,5%
<b>Total - Gerenciáveis</b>	<b>(378.470)</b>	<b>(289.961)</b>	<b>30,5%</b>	<b>(286.639)</b>	<b>32,0%</b>	<b>(1.170.621)</b>	<b>(1.036.581)</b>	<b>12,9%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional</b>	<b>(1.024.143)</b>	<b>(708.731)</b>	<b>44,5%</b>	<b>(510.564)</b>	<b>100,6%</b>	<b>(2.693.049)</b>	<b>(2.481.118)</b>	<b>8,5%</b>

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

Os custos e despesas operacionais em 2010 alcançaram -R\$ 2.693 milhões, um incremento de 8,5% (-R\$ 212 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. Este incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 5,4% (-R\$ 1.522 milhões versus -R\$ 1.445 milhões) nos custos e despesas não gerenciáveis (-R\$ 78 milhões), por:

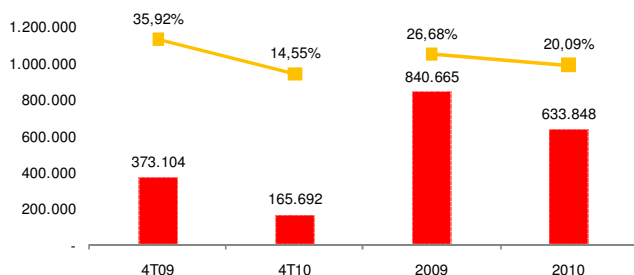
- Incremento de 3,5% (-R\$ 1.192 milhões versus -R\$ 1.152 milhões) nos custos da energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 40 milhões): O incremento observado é devido ao aumento de 11,9% no volume de compra de energia associado à mudança do critério contábil das companhias a partir do 4T10, para o IFRS, e consequente estorno das CVA's (passivas em 2009 e ativas em 2010). Esses fatores foram parcialmente compensados pela reclassificação das CVAs passivas realizadas no 3T10.
- Incremento de 44,8% (-R\$ 234 milhões versus -R\$ 161 milhões) no encargo do uso da rede elétrica (-R\$ 72 milhões): O aumento se deve ao efeito de alocação de contas. Em 2009, esta conta incluía somente transporte de Itaipu e a partir de 2010, passou a incluir também conexão de Itaipu e Rede básica. Além disso, também há o efeito do estorno das CVA's, devido ao novo critério contábil adotado (IFRS), conforme mencionado anteriormente.
- Redução de 44,1% (-R\$ 47 milhões versus -R\$ 83 milhões) no encargo do serviço do sistema ESS (+R\$ 37 milhões): A redução se deve principalmente a uma reclassificação de valores acumulados de CVA de CDE, que estavam sendo contabilizadas dentro das CVA de ESS desde abril de 2010, e em dezembro de 2010 foi realizada uma reclassificação desses valores, tornando o saldo de ESS positivo.

Incremento de 12,9% (-R\$ 1.171 milhões versus -R\$ 1.037 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (-R\$ 134 milhões), por:

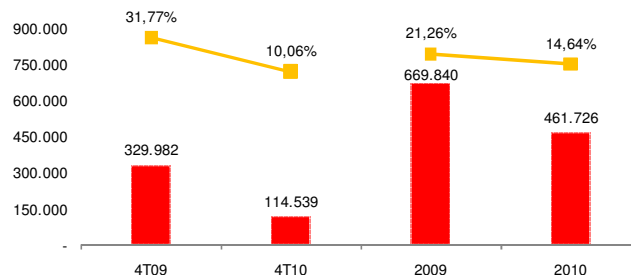
- Incremento de 295,2% (-R\$ 159 milhões versus -R\$ 40 milhões) em provisão para créditos de liquidação duvidosa (-R\$ 119 milhões): O incremento se deve principalmente à provisão de aproximadamente R\$ 53 milhões de saldos acumulados de outras contas a receber, que passaram a ser considerados passíveis de risco, e que foram provisionados em dezembro de 2010. Além disso, as reversões em 2009 foram relativamente altas (R\$ 91 milhões), se comparadas a 2010 (R\$ 46 milhões).
- Redução de 84,6% (-R\$ 7 milhões versus -R\$ 44 milhões) em provisões para contingências (+R\$ 37 milhões): A redução se deve a atualizações nos saldos das provisões de contingências cíveis e trabalhistas, principalmente no segundo semestre do ano.
- Incremento de 19,3% (-R\$ 396 milhões versus -R\$ 332 milhões) na despesa operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) (-R\$ 64 milhões): A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na despesa operacional em 2010 foi de -R\$ 396 milhões, (cuja contrapartida se encontra na receita operacional bruta, no mesmo valor, não gerando nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 64 milhões quando comparado com o ano anterior (-R\$ 332 milhões).

## EBITDA

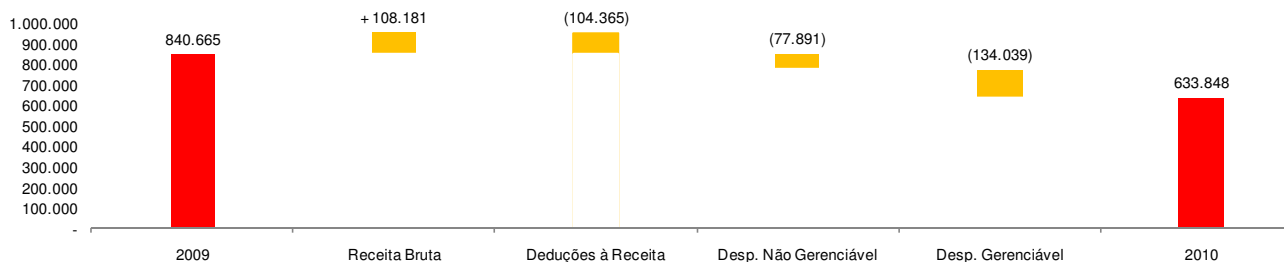
**EBITDA (R\$ Mil) e Margem EBITDA (%)\***  
 Evolução 4T09 - 4T10 e 2009 - 2010



**EBIT (R\$ Mil) e Margem EBIT (%)\***  
 Evolução 4T09 - 4T10 e 2009 - 2010



**Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)**  
 Evolução 2009 - 2010



Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla em 2010, atingiu o montante de R\$ 634 milhões\*, o que representa um decréscimo de 24,6% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 841 milhões\* (-R\$ 207 milhões). A margem EBITDA da Companhia no ano foi de 20,1%\*, o que representa uma redução de 6,59 p.p. em relação a 2009, de 26,7%\*.

O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do IR e CSLL, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização, resultados não operacionais e participações. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou, como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o IR e CSLL, a depreciação e amortização, os resultados não operacionais e as participações, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

## Resultado Financeiro

### RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
<b>Receitas Financeiras</b>								
Renda de Aplicações Financeiras	3.021	8.063	-62,5%	4.670	-35,3%	22.540	44.621	-49,5%
Variações Monetárias/Cambiais	1.487	(10.774)	-113,8%	946	57,2%	3.126	1.311	138,4%
Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia	21.662	10.847	99,7%	9.402	130,4%	55.003	42.150	30,5%
Outras	37.086	11.297	228,3%	(21.975)	-268,8%	52.617	13.312	295,3%
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>63.256</b>	<b>19.433</b>	<b>225,5%</b>	<b>(6.957)</b>	<b>-</b>	<b>133.286</b>	<b>101.394</b>	<b>31,5%</b>
<b>Despesas financeiras</b>								
Encargo de Dívidas	(23.795)	(43.334)	-45,1%	(39.873)	-40,3%	(144.887)	(148.780)	-2,6%
Encargos com Fundo de Pensão	(14.307)	(17.832)	-19,8%	-	-	(14.307)	(17.832)	-19,8%
Encargos e Atualização de Contingências	(27.929)	(4.778)	484,5%	10.379	-369,1%	(39.385)	(21.569)	82,6%
Outras	(25.185)	(22.450)	12,2%	(12.335)	104,2%	(68.518)	(35.446)	93,3%
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(91.216)</b>	<b>(88.394)</b>	<b>3,2%</b>	<b>(41.829)</b>	<b>118,1%</b>	<b>(267.097)</b>	<b>(223.627)</b>	<b>19,4%</b>
<b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>(27.960)</b>	<b>(68.961)</b>	<b>-59,5%</b>	<b>(48.786)</b>	<b>-42,7%</b>	<b>(133.811)</b>	<b>(122.233)</b>	<b>9,5%</b>

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

O resultado financeiro da Ampla, em 2010, ficou em -R\$ 134 milhões, uma redução de 9,5% em relação ao ano anterior, de -R\$ 122 milhões, esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 31,5% (R\$ 133 milhões versus R\$ 101 milhões) nas receitas financeiras (+R\$ 32 milhões), por:

- Incremento de 295,3% (R\$ 53 milhões versus R\$ 13 milhões) em outras receitas financeiras (+R\$ 39 milhões): Atualizações monetárias de processos trabalhistas no valor de R\$ 33,7 milhões, ocorridas em dezembro de 2010.

Incremento de 19,4% (-R\$ 267 milhões versus -R\$ 224 milhões) nas despesas financeiras (-R\$ 43 milhões), por:

- Encargos com fundo de pensão (+R\$ 3 milhões):  
 Reconhecimento dos ganhos e perdas relacionados ao plano de benefícios pós-emprego da Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros, do qual a Companhia é patrocinadora. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente. Como receita financeira foi reconhecido o valor de R\$ 76 milhões em 2010, e como despesa financeira foi reconhecido o valor de R\$ 90 milhões em 2010. O valor líquido, de -R\$ 14 milhões, foi lançado na linha de encargos com fundo de pensão.
- Incremento de 82,6% (-R\$ 39 milhões versus -R\$ 21 milhões) em encargos e atualizações de contingências (-R\$ 18 milhões):  
 O incremento acima está associado basicamente aos juros referentes a processos cíveis, no valor de R\$ 7 milhões, e as atualizações das contingências referentes ao processo “tarifaço” (ações propostas por grandes clientes que questionam reajuste tarifário concedido em 1986 quando da vigência de decreto federal que determinava o congelamento de preços), no valor de R\$ 9 milhões, reclassificados da linha de provisões para esta em dezembro de 2010.
- Incremento de 93,3% (-R\$ 68 milhões versus -R\$ 35 milhões) em outras despesas financeiras (-R\$ 33 milhões):  
 O incremento se deve principalmente à mudança no critério de classificação contábil das indenizações DIC e FIC, no valor de -R\$ 25 milhões, que passaram a ser registradas na linha de outras despesas financeiras em 2010, e anteriormente eram classificadas como outras despesas operacionais.

## IR/CSLL

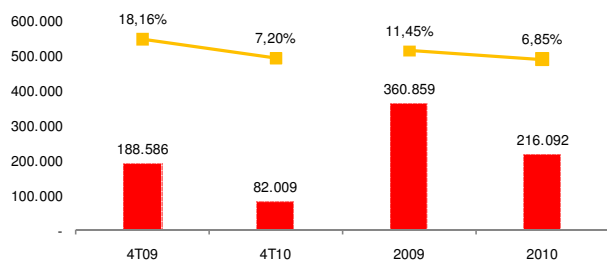
IR/CSLL (R\$ mil)

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
CSLL	(9.359)	(8.732)	7,2%	(3.651)	156,3%	(27.629)	(26.117)	5,8%
IR	(17.910)	(23.719)	-24,5%	(6.782)	164,1%	(59.791)	(71.605)	-16,5%
IR/CSLL Diferido	22.699	(39.984)	-156,8%	(7.181)	-	(24.404)	(89.028)	-72,6%
<b>Total - IR/CSLL</b>	<b>(4.570)</b>	<b>(72.435)</b>	<b>-93,7%</b>	<b>(17.614)</b>	<b>-74,1%</b>	<b>(111.823)</b>	<b>(186.747)</b>	<b>-40,1%</b>

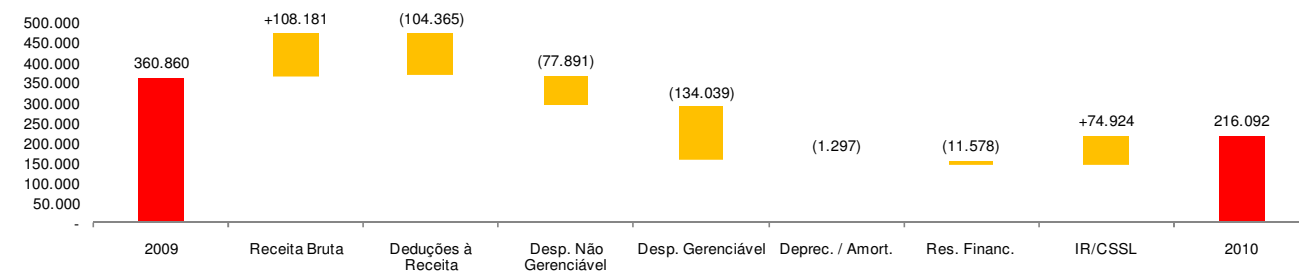
As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2010 registraram -R\$ 112 milhões, uma redução de 40,1% em relação ao ano anterior, de -R\$ 187 milhões (+R\$ 75 milhões). Essa redução é devido ao menor resultado antes de impostos registrado em 2010.

## Lucro Líquido

Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)  
 Evolução 4T09 - 4T10 e 2009 - 2010



Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil)  
 Evolução 2009 - 2010



Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou em 2010 um lucro líquido de R\$ 216 milhões, valor 40,1% inferior ao registrado no ano de 2009, que foi de R\$ 361 milhões (-R\$ 145 milhões). Desta forma, a Margem Líquida em 2010 alcançou 6,8%, valor inferior em 4,60 p.p. à registrada em 2009, de 11,4%.

## Endividamento

### INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO\*

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Dívida bruta (R\$ mil)	1.249.794	1.508.750	-17,2%	1.290.988	-3,2%	1.249.794	1.508.750	-17,2%
(-) Custos de Transação (R\$ mil)	(363.370)	(229.803)	58,1%	(246.582)	47,4%	(363.370)	(229.803)	58,1%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R\$ mil)	39.954	213.309	-81,3%	135.147	-70,4%	39.954	213.309	-81,3%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.573.210	1.525.244	3,1%	1.402.423	12,2%	1.573.210	1.525.244	3,1%
Dívida bruta / EBITDA(3)*	1,97	1,79	10,1%	1,53	28,8%	1,97	1,79	10,1%
EBITDA(3) / Encargos de Dívida(3)*	4,41	5,07	-13,0%	5,16	-14,5%	4,41	5,07	-13,0%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,44	0,49	-10,2%	0,44	-	0,44	0,49	-10,2%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,50	0,50	-	0,46	8,7%	0,50	0,50	-

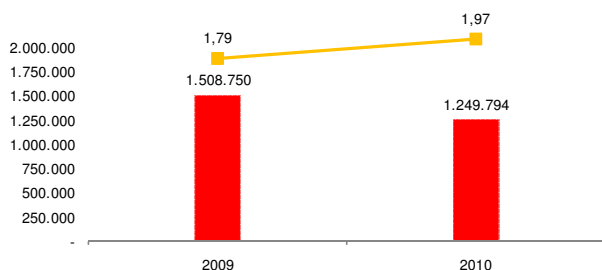
(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

(3) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

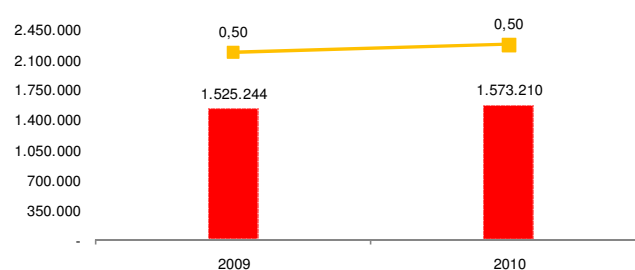
A dívida financeira bruta da Ampla encerrou o ano de 2010 em R\$ 1.250 milhões, uma redução de 17,2% em relação ao ano de 2009, que foi de R\$ 1.509 milhões (-R\$ 259 milhões), reflexo das amortizações ocorridas no período.

A Ampla encerrou o ano de 2010 com o custo médio da dívida em 11,18% a.a., ou CDI +1,44% a.a.

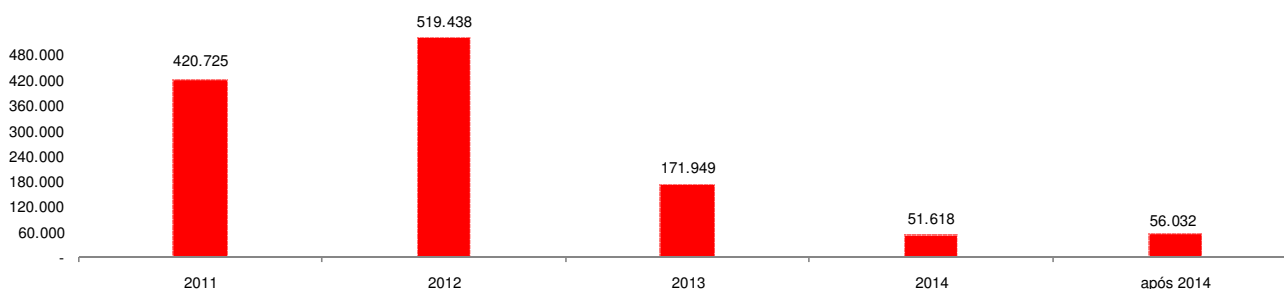
**Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA\* (Veze)**  
 Evolução 2009 - 2010



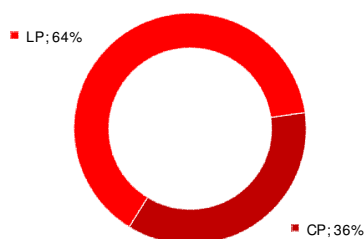
**Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)**  
 Evolução 2009 - 2010



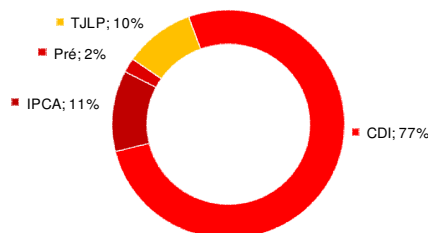
**Curva de Amortização (R\$ Mil)**  
 Posição Final do 2010



**Abertura da Dívida Bruta - CP e LP**  
 Posição Final em 2010

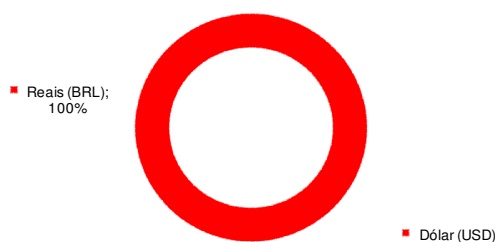


**Abertura da Dívida Bruta - Indexadores**  
 Posição Final em 2010

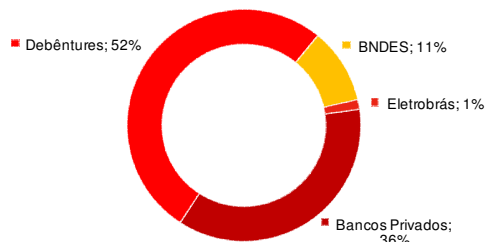


\* Valores não auditados

**Abertura da Dívida Bruta - Moedas**  
 Posição Final em 2010



**Abertura da Dívida Bruta - Credor**  
 Posição Final em 2010



## Investimentos

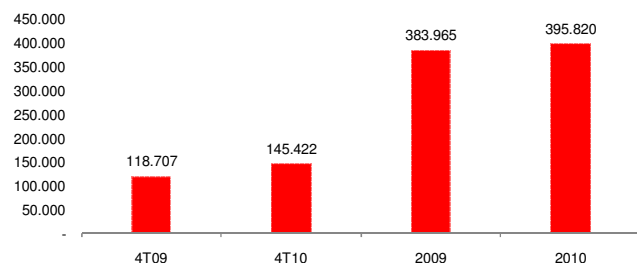
### INVESTIMENTOS (R\$ MIL)\*

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Investimentos por Demanda	29.194	37.175	-21,5%	43.388	-32,7%	136.710	115.883	18,0%
Novas Conexões	25.644	31.652	-19,0%	41.741	-38,6%	130.016	98.924	31,4%
Atendimento à Demanda	3.550	5.523	-35,7%	1.647	115,5%	6.694	16.959	-60,5%
Qualidade do Sistema Elétrico	30.192	19.799	52,5%	10.481	188,1%	55.235	49.786	10,9%
Programa Luz para Todos (PLPT)	5.302	3.396	56,1%	1.885	181,3%	7.191	12.767	-43,7%
Combate às Perdas	62.864	56.692	10,9%	40.616	54,8%	167.351	178.511	-6,3%
Outros	17.870	1.645	-	4.146	-	29.333	27.018	8,6%
<b>Total Investido</b>	<b>145.422</b>	<b>118.707</b>	<b>22,5%</b>	<b>100.516</b>	<b>44,7%</b>	<b>395.820</b>	<b>383.965</b>	<b>3,1%</b>
Aportes / Subsídios	(962)	(2.822)	-65,9%	(279)	244,8%	(2.707)	(14.639)	-81,5%
<b>Investimento Líquido</b>	<b>144.460</b>	<b>115.885</b>	<b>24,7%</b>	<b>100.237</b>	<b>44,1%</b>	<b>393.113</b>	<b>369.326</b>	<b>6,4%</b>

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

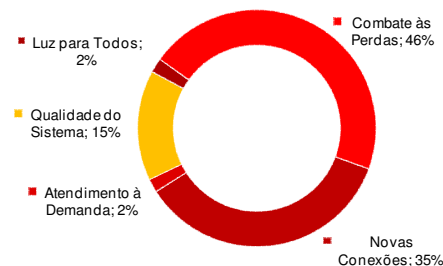
### Investimentos Totais (R\$ Mil)\*

Evolução 4T09 - 4T10 e 2009 - 2010



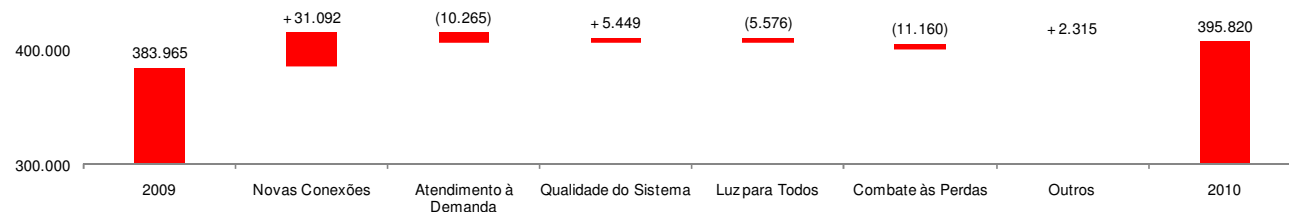
### Portfólio de Investimentos (R\$ mil)

Dados de 2010



### Análise da Evolução dos Investimentos (R\$ Mil)\*

Evolução 2009 - 2010



Os investimentos realizados pela Ampla no ano de 2010 alcançaram R\$ 396 milhões\*, um incremento de 3,1% (+R\$ 12 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 384 milhões\*. Esta evolução está concentrada, basicamente, nos investimentos em novas conexões, que apresentaram um incremento de R\$ 31 milhões entre 2010 e 2009.

O maior volume, em 2010, foi direcionado ao programa de combate às perdas, que representou 42,3% (R\$ 167 milhões) de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla atingiram R\$ 393 milhões\*, montante 6,4% superior ao realizado no ano de 2009 (R\$ 369 milhões).

## Mercado de Capitais

### COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/MIL AÇÕES)\*

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Ordinárias - ON (CBEE3)	1,36	1,38	-1,4%	1,60	-15,0%	1,36	1,38	-1,4%

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

### INDICADORES DE MERCADO\*

	4T10	4T09	Var. %	3T10	Var. %(1)	2010	2009	Var. %(2)
Informações sobre Ação Ordinária (CBEE3)								
Cotação (R\$/mil ações)	1,36	1,38	-1,4%	1,60	-15,0%	1,36	1,38	-1,4%
Média Diária de Negócios	4	30	-86,7%	5	-20,0%	15	25	-40,0%
Média Diária de Volume Financeiro (R\$)	6.742	58.371	-88,4%	8.249	-18,3%	48.031	53.504	-10,2%
Valor de Mercado (R\$ milhões)	5.335	5.413	-1,4%	6.276	-15,0%	5.335	5.413	-1,4%
Enterprise Value (EV(3)) (R\$ milhões)	6.885	6.743	2,1%	7.678	-10,3%	6.885	6.743	2,1%
EV/EBITDA(4)	11,27	8,00	40,9%	8,20	37,4%	11,27	8,00	40,9%
Preço da Ação / Lucro por Ação(4) (P/L)	31,52	13,04	141,7%	13,93	126,3%	31,52	13,04	141,7%
Dividend Yield da Ação (5)	3,99%	4,86%	-0,87 p.p	3,14%	0,85 p.p	3,99%	4,86%	-0,87 p.p
Valor de Mercado/Patrimônio Líquido	3,57	3,55	0,6%	3,88	-8,0%	3,57	3,55	0,6%

(1) Variação entre 4T10 e 3T10 e (2) Variação entre 2010 e 2009

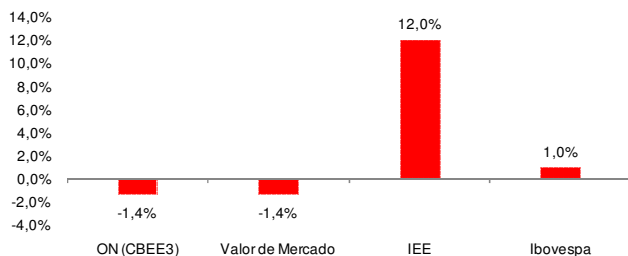
(3) EV = Valor de mercado + Dívida líquida

(4) EBITDA e Lucro por Ação dos quatro últimos trimestres

(5) Proventos por Ação pagos nos últimos 4 trimestres / Preço da Ação no final do período

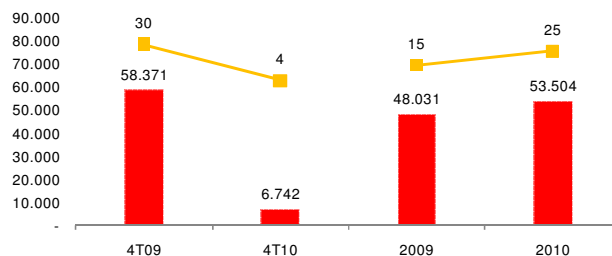
### Indicadores de Mercado - Variação (%)\*

Dados de 2010



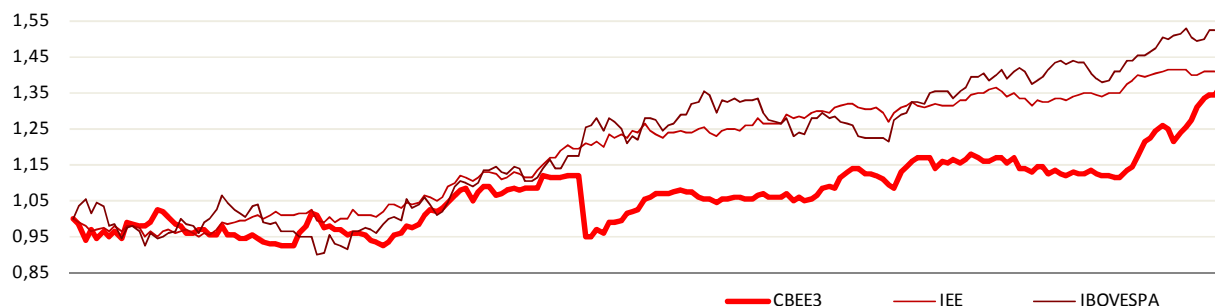
### Média Diária de Negócios (Negócios) e Volume Médio Diário (R\$)\*

Evolução 4T09 - 4T10 e 2009 - 2010



### EVOLUÇÃO DIÁRIA CBEE3, IEE E IBOVESPA - BASE 1

Dados de jan/2009 a dez/2010



0,4% do Capital Social da Ampla estão em livre negociação na BM&FBovespa, e representam o seu *free float*, 7,7% pertencem a EDP – Energias de Portugal S/A, enquanto os demais 91,9% estão nas mãos do grupo controlador.

A Ampla possui, atualmente, 1 papel negociado na BM&FBovespa: sua ação ordinária (CBEE3), que em 2010 teve uma média de 15 negócios diários e um volume financeiro diário médio de R\$ 48 mil.

\* Valores não auditados

A ação ordinária (CBEE3) apresentou desvalorização de 1,4% no ano de 2010, enquanto o Ibovespa e o IEE apresentaram valorizações de 12,0% e 1,0% respectivamente.

Em Assembléia Geral Ordinária – AGO, realizada em 30 de abril de 2010, foi deliberada a distribuição de R\$ 114 milhões em dividendos relativos ao exercício de 2009, o que representa um payout de 54% sobre o lucro líquido e um dividendo de R\$ 0,029149659 por lote de mil ações.

## 5 OUTROS TEMAS RELEVANTES

### Reajuste Tarifário de 2010

O Reajuste Tarifário da Ampla, publicado pela Aneel em 09 de março de 2010 e com vigência a partir do dia 15 do mesmo mês, estabeleceu redução média das tarifas da Ampla em -4,70%. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste médio percebido foi de -5,09%, enquanto para os consumidores de média e alta tensão a redução variou de -0,96% a +7,5%.

### Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em atendimento ao Despacho nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, emitido pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, segue abaixo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do exercício elaborados em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE assim como o quadro com a conciliação entre as referidas demonstrações contábeis regulatórias e societárias:

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalente de caixa	4	37.568	159.779	275.578
Outros ativos financeiros	5	25.614	195.623	140.687
Consumidores, concessionários e permissionários	6	636.822	758.612	749.511
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(168.637)	(119.876)	(173.168)
Consumidores de baixa renda	7	14.234	17.097	16.771
Estoques		38	2.130	2.671
Tributos a compensar	8	62.014	69.010	61.621
Caução e depósitos	9	23.098	10.110	6.564
Ativos regulatórios	10	66.847	139.467	138.861
Partes relacionadas	21	9	1.598	443
Despesas pagas antecipadamente		604	802	1.068
Outros créditos	13	102.937	90.950	53.138
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>801.148</b>	<b>1.325.302</b>	<b>1.273.745</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Consumidores, concessionários e permissionários	6	74.006	31.402	28.788
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(53.164)	(2.515)	(2.178)
Tributos a compensar	8	80.237	80.138	71.855
Depósitos vinculados a litígios	11	143.450	149.883	128.811
Caução e depósitos	9	36.006	51.164	40.072
Ativos regulatórios	10	19.007	11.553	109.688
Partes relacionadas	21	715	724	747
Ativo indenizável (concessão)	14	-	-	-
Tributos diferidos	12	405.844	373.289	390.927
Imobilizado		2.824.963	2.593.551	2.412.995
Intangível	15	36.278	38.017	34.866
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.567.342</b>	<b>3.327.206</b>	<b>3.216.571</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>4.368.490</b>	<b>4.652.508</b>	<b>4.490.316</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	16	274.569	221.679	191.504
Folha de pagamento		25.833	26.822	21.037
Encargos de dívidas	17	11.594	11.743	24.033



Empréstimos e financiamentos	17	235.725	135.545	287.567
Debêntures	18	202.779	161.075	34.508
Tributos a pagar	24	60.634	50.428	37.405
Taxas regulamentares	20	23.467	15.589	21.562
Dividendos a pagar	27	28.908	53.267	66.515
Contribuição de iluminação pública arrecadada		7.267	44.207	32.866
Parcelamento especial	26	6.988	5.537	5.815
Partes relacionadas	21	94.018	88.709	9.286
Programas de pesquisa, des. e de eficiência energética	22	77.065	42.803	52.414
Passivos regulatórios	10	119.347	174.803	67.801
Outras obrigações		3.194	27.897	29.513
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.171.388</b>	<b>1.060.104</b>	<b>881.826</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	17	355.834	580.388	671.286
Debêntures	18	442.020	617.656	505.846
Tributos diferidos	12	-	-	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	29	365.212	232.146	218.952
Partes relacionadas	21	2.409	2.778	3.736
Programas de pesquisa, des. e de eficiência energética	22	6.721	34.037	25.313
Parcelamento especial	26	14.480	18.403	23.127
Passivos regulatórios	10	26.334	41.889	22.196
Provisão de baixa renda	25	-	35.359	51.000
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	446.318	507.540	514.530
Outras obrigações		7	121	50
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.659.335</b>	<b>2.070.317</b>	<b>2.036.036</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	27	998.230	998.230	998.230
Reserva de capital	27	23.254	23.254	23.254
Reserva de lucros	27	493.314	373.395	524.417
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	27	22.969	127.208	26.553
<b>Total do patrimônio líquido - acionistas controladores</b>		<b>1.537.767</b>	<b>1.522.087</b>	<b>1.572.454</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVOS</b>		<b>4.368.490</b>	<b>4.652.508</b>	<b>4.490.316</b>

**DEMONSTRATIVO DE RESULTADO (R\$ MIL)**

	Nota explicativa	2010	2009
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	31	2.699.888	2.745.730
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.204.368)	(1.265.568)
Encargos de uso da rede de transmissão/sistema		(196.695)	(203.855)
<b>Totaldo custo com energia elétrica</b>		<b>(1.401.063)</b>	<b>(1.469.423)</b>
Custo com operação			
Pessoal		(65.961)	(58.888)
Entidade de previdência privada		(3.513)	(974)
Material		(7.535)	(8.516)
Serviços de terceiros		(224.249)	(182.449)
Depreciação e amortização		(166.475)	(164.956)
Outras		(13.023)	(14.955)
<b>Total do custo com operação</b>		<b>(480.756)</b>	<b>(430.738)</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO</b>	32	<b>(1.935.402)</b>	<b>(1.990.051)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>764.486</b>	<b>755.679</b>

(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	32	(179.207)	(63.325)
Despesas gerais e administrativas	32	(114.794)	(210.770)
<b>Total despesas operacionais</b>		<b>(294.001)</b>	<b>(274.095)</b>
<b>Resultado do serviço público de energia elétrica</b>			
		470.485	481.584
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira	32	105.488	101.408
Despesa financeira	32	(268.961)	(226.159)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>			
		307.012	356.833
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	30	(87.420)	(97.720)
Diferidos	30	(17.296)	(24.164)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			
		202.296	234.949
<b>LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO (em reais por mil ações)</b>			
		0	0
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Perda em fundo de pensão	29	(146.621)	(19.194)
Tributos diferidos	29	49.851	6.526
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>			
		105.526	222.281

**CONCILIAÇÃO DO RESULTADO: CONTABILIDADE REGULATÓRIA X SOCIETÁRIA**

	2010	2009
Lucro líquido do exercício - ANEEL	202.296	234.949
- IFRIC 12	27.798	(14)
- CVA	(6.895)	190.788
- Tributos	(7.107)	(64.863)
<b>Lucro líquido do exercício - Societário</b>	<b>216.092</b>	<b>360.860</b>
Patrimônio líquido - ANEEL	1.537.767	1.522.087
- IFRIC 12	27.785	(14)
- CVA	41.460	48.355
- Tributos	(23.543)	(16.436)
<b>Patrimônio líquido - Societário</b>	<b>1.583.469</b>	<b>1.553.992</b>

## Notas Explicativas

### AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na bolsa de valores de São Paulo (BOVESPA), concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 2.317 mil(\*) consumidores (2.320 mil(\*) em 2009) e um quadro de 1.176(\*) empregados em 31 de dezembro de 2010 (1.235(\*) em 2009). A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para abril de 2026.

(\*) Não examinado pelo s auditores independentes

#### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Estas demonstrações financeiras também estão em conformidade com as Normas Internacionais Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB

##### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

Essas demonstrações financeiras são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 3.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

### 2.3 Informações por segmento

O CPC 22 (IFRS 8) requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (“*chief operating decision maker*”), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento – Distribuição de Energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de “informações por segmento”.

### 2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

#### 2.4.1 Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

#### 2.4.2 Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

### 2.4.3 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## 2.5 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### 2.5.1 Ativo financeiro

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, ou um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial); ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, consumidores concessionários permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável), cauções e títulos e valores mobiliários. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

- Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

- Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.
- e) Provisão para redução ao provável valor recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada data de balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

#### 2.5.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com insignificante risco de variação no seu valor. Estão registrados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento financeiro. Os juros e atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação do valor justo são reconhecidos no resultado quando incorrido.

#### 2.5.1.2 Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência e são demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

### 2.5.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

### 2.5.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

#### 2.5.2.1 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

#### 2.5.2.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### 2.5.2.3 Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.



Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

#### 2.5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui vários instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua carteira de investimentos de fundos exclusivos utilizando contratos futuros de taxa de juros. A nota explicativa nº 19 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. O montante contratado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$2.774.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

#### 2.6 Ativo indenizável (concessão)

Referem-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que no entendimento da Companhia assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (Aneel). Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infra-estrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a companhia utiliza a premissa de que o valor da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infraestrutura (ativo físico).

A remuneração desse ativo financeiro é baseada no WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente. Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, a Companhia mensura o seu valor justo utilizando os mesmos componentes que da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela Aneel (WACC Regulatório).

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa fixos estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão em 2012.

Devido a natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela Aneel leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

## 2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

## 2.8 Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM n°s 553 de 12 de novembro de 2008, 611 de 22 de dezembro de 2009 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 – Contratos de Concessão e o OCPC05 – Contratos de Concessão.

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

## 2.9 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos seus ativos não circulantes para determinar se há alguma indicação de que esse ativo sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### 2.10.1 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada mais provável que não. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

#### 2.11 Tributação

##### 2.11.1 Impostos correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

#### 2.11.2 Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultado preparados pela administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

## 2.12 Taxas regulamentares

A Companhia por atuar em um setor regulado está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais são:

### 2.12.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação do ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

### 2.12.2 Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

### 2.12.3 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

### 2.12.4 Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

### 2.12.5 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

#### 2.12.6 Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

#### 2.13 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

#### 2.14 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuída a essa participação é registrado como despesa operacional.

#### 2.15 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, os quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

#### 2.16 Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia possui plano de benefício a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 29.

### 2.17 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 2.18 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, não foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A Administração prevê que elas serão adotadas no período que se iniciará em 1º de janeiro de 2011. A Administração ainda não teve a oportunidade de avaliar o possível impacto da adoção dessas alterações.

#### Pronunciamento ou interpretação

#### Descrição

Alterações no IAS 24 - Divulgação de Partes Relacionadas (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011)	Alteram a definição de parte relacionada e modificam certas exigências de divulgação de partes relacionadas para entidades governamentais.
---	--

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>
Alterações no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013)	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir o IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. Não há necessidade de rerepresentar os períodos anteriores caso a entidade adote a norma para exercícios iniciados antes de 1º de janeiro de 2012.
Alterações do IFRS 7 <i>Instrumentos Financeiros: Divulgações</i> (no contexto das <i>Melhorias do IFRS</i> emitidas em 2010)	As alterações do IFRS 7 esclarecem o nível exigido de divulgações sobre risco de crédito e garantias mantidas, reduzindo as divulgações anteriormente exigidas sobre empréstimos renegociados.
Alterações do IFRS 7 - Divulgações: Transferência de Ativos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011)	Dá ênfase à interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados a instrumentos financeiros.
Alteração do IFRIC 14, IAS 19 - O Limite de um ativo de benefício definido, requisitos de fundamento mínimo e sua interação (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011)	Retira as consequências não intencionais do tratamento de antecipações em que existe uma exigência de financiamento mínimo. Resulta em antecipações de contribuições sendo reconhecidas, em certas circunstâncias, como ativo e não como despesa.
Alteração do IAS 32, “Instrumentos financeiros: Apresentação - Classificação de emissões de direitos” (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010)	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou bônus de subscrição para adquirir um número fixo de instrumentos de capital da própria entidade por um valor fixo de qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital desde que a entidade ofereça direitos, opções ou bônus de subscrição proporcionais a todos os detentores da mesma classe de instrumentos de capital não derivativos.



Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>
IFRIC 19, “Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital” (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010)	Esclarece os requisitos do IFRS quando uma entidade renegocia as condições de um passivo financeiro com o seu credor e o credor aceita as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar total ou parcialmente o passivo financeiro.
IAS 34, “Demonstrações financeiras intermediárias” (em vigor para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2011)	Fornecer orientações que ilustram como aplicar os princípios de divulgação da IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação sobre: (a) as circunstâncias que podem afetar o valor justo de instrumentos financeiros e sua classificação; (b) transferências de instrumentos financeiros entre diferentes níveis de hierarquias de valor justo; (c) mudanças na classificação de ativos financeiros; e (d) mudanças em passivos e ativos contingentes.
IAS 12, Imposto de Renda, “Recuperação de tributos diferidos dos ativos subjacentes” (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012)	Prevê uma abordagem prática de mensuração de passivos e ativos fiscais diferidos quando o imóvel de investimento é avaliado pelo modelo de valor justo previsto no IAS 40 - Propriedade para Investimento. A Sociedade não espera que a sua adoção afete as suas demonstrações financeiras.
IAS 1, “Apresentação das demonstrações financeiras” (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011)	Esclarece que uma entidade deverá apresentar uma análise do outro resultado abrangente para cada componente do patrimônio líquido, seja na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou em notas explicativas.
IAS 27, “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010)	Esclarece que o reflexo das alterações do IAS 27 no IAS 21, “O efeito das mudanças nas taxas de câmbio”, no IAS 28, “Investimentos em coligadas” e no IAS 31, “Participações em <i>joint ventures</i> ”, aplica-se prospectivamente aos exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2009, ou anteriormente caso o IAS 27 seja aplicado antecipadamente.
IFRIC 13, “Programas de fidelização de clientes” (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010)	O significado de “valor justo” é esclarecido no contexto da mensuração dos créditos em pontos atribuídos a programas de fidelização de clientes.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

## 2.19 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

### a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

### b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis mais do que não e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

c) Obrigações com benefício pós-emprego

O valor atual do plano de benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 29. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

d) Ativo indenizável (concessão)

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota nº 14 e item 3 da nota de reconciliação.

e) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

### 3. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

#### 3.1 Efeitos da adoção das IFRS nas demonstrações financeiras

##### Aplicação da IFRS

Na preparação das suas demonstrações financeiras a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras de tal forma que elas produzissem os mesmos valores de patrimônio líquido e resultado conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

### 3.2. Conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior)

#### Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil no balanço patrimonial

ATIVO	Referência para ajustes	Publicado 01/01/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 01/01/2009
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalente de caixa		275.578	-	-	275.578
Títulos e valores mobiliários		140.687	-	-	140.687
Consumidores, concessionários e permissionários		749.511	-	-	749.511
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(173.168)	-	-	(173.168)
Consumidores de baixa renda		16.771	-	-	16.771
Estoques		2.671	-	-	2.671
Tributos a compensar		61.621	-	-	61.621
Caução e depósitos		6.564	-	-	6.564
Energia livre	1	138.861	-	(84.398)	54.463
Tributos diferidos	7	50.067	(50.067)	-	-
Partes relacionadas		443	-	-	443
Despesas pagas antecipadamente		1.068	-	-	1.068
Outros créditos		53.138	-	-	53.138
Total do ativo circulante		1.323.812	(50.067)	(84.398)	1.189.347
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Consumidores, concessionários e permissionários		28.788	-	-	28.788
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.178)	-	-	(2.178)
Energia livre	1	109.688	-	(109.688)	-
Tributos a compensar		71.855	-	-	71.855
Depósitos vinculados a litígios		128.811	-	-	128.811
Caução e depósitos		40.072	-	-	40.072
Partes relacionadas		747	-	-	747
Ativo indenizável (concessão)	3	-	-	216.024	216.024
Tributos diferidos	7	340.860	50.067	48.427	439.354
Imobilizado	3	2.412.995	-	(2.376.142)	36.853
Intangível	3	34.866	-	2.160.118	2.194.984
Total do ativo não circulante		3.166.504	50.067	(61.261)	3.155.310
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.490.316</b>	<b>-</b>	<b>(145.659)</b>	<b>4.344.657</b>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

PASSIVO	Referência para ajustes	Publicado 01/01/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 01/01/2009
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores		191.504	-	-	191.504
Folha de pagamento		21.037	-	-	21.037
Encargos de dívidas		24.033	-	-	24.033
Empréstimos e financiamentos		287.567	-	-	287.567
Debêntures		34.508	-	-	34.508
Tributos a pagar		37.405	-	-	37.405
Taxas regulamentares		21.562	-	-	21.562
Dividendos a pagar	2	93.068	-	(26.553)	66.515
Contribuição de iluminação pública arrecadada		32.866	-	-	32.866
Parcelamento especial		5.815	-	-	5.815
Partes relacionadas		9.286	-	-	9.286
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		52.414	-	-	52.414
Energia livre	1	67.801	-	(51.654)	16.147
Outras obrigações		29.513	-	-	29.513
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>908.379</b>	<b>-</b>	<b>(78.207)</b>	<b>830.172</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos		671.286	-	-	671.286
Debêntures		505.846	-	-	505.846
Obrigações com benefícios pós-emprego		218.952	-	-	218.952
Partes relacionadas		3.736	-	-	3.736
Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		25.313	-	-	25.313
Parcelamento especial		23.127	-	-	23.127
Energia livre		22.196	-	-	22.196
Provisão de baixa renda		51.000	-	-	51.000
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		514.530	-	-	514.530
Outras obrigações		49	-	-	49
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.036.035</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.036.035</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social		998.230	-	-	998.230
Reservas de capital		23.254	-	-	23.254
Reservas de lucros	1, 3, 4	524.418	-	(94.005)	430.413
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	2	-	-	26.553	26.553
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.545.902</b>	<b>-</b>	<b>(67.452)</b>	<b>1.478.450</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>4.490.316</b>	<b>-</b>	<b>(145.659)</b>	<b>4.344.657</b>

ATIVO	Referência para ajustes	Publicado 31/12/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalente de caixa		159.779	-	-	159.779
Títulos e valores mobiliários		195.623	-	-	195.623
Consumidores, concessionários e permissionários		758.612	-	-	758.612
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(119.876)	-	-	(119.876)
Consumidores de baixa renda		17.097	-	-	17.097
Estoques		2.130	-	-	2.130
Tributos a compensar		69.010	-	-	69.010
Caução e depósitos		10.110	-	-	10.110
Tributos diferidos	7	37.580	(37.580)	-	-
Energia livre	1	139.467	-	(135.326)	4.141
Partes relacionadas		1.598	-	-	1.598
Despesas pagas antecipadamente		802	-	-	801
Outros créditos		90.950	-	-	90.950
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.362.882</b>	<b>(37.580)</b>	<b>(135.326)</b>	<b>1.189.975</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Consumidores, concessionários e permissionários		31.402	-	-	31.402
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.515)	-	-	(2.515)
Energia livre	1	11.553	-	(11.553)	-
Tributos a compensar		80.138	-	-	80.138
Depósitos vinculados a litígios		149.883	-	-	149.883
Cauções e depósitos		51.164	-	-	51.164
Partes relacionadas		724	-	-	724
Ativo indenizável (concessão)	3	-	-	267.182	267.182
Tributos diferidos	7	335.709	37.580	5	373.294
Imobilizado	3	2.593.552	-	(2.555.267)	38.286
Intangível	3	38.017	-	2.288.071	2.326.088
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.289.627</b>	<b>37.580</b>	<b>(11.562)</b>	<b>3.315.646</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.652.509</b>	<b>-</b>	<b>(146.888)</b>	<b>4.505.620</b>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

PASSIVO	Referência para ajustes	Publicado 31/12/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores		221.679	-	-	221.679
Folha de pagamento		26.822	-	-	26.822
Encargos de dívidas		11.743	-	-	11.743
Empréstimos e financiamentos		135.545	-	-	135.545
Debêntures		161.075	-	-	161.075
Tributos a pagar		50.428	-	-	50.428
Taxas regulamentares	1	15.589	-	-	15.589
Dividendos a pagar		180.475	-	(127.208)	53.267
Contribuição de iluminação pública arrecadada		44.207	-	-	44.207
Parcelamento especial		5.537	-	-	5.537
Partes relacionadas		88.709	-	-	88.709
Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		42.803	-	-	42.803
Energia livre	2	174.802	-	(169.222)	5.581
Outras obrigações		27.898	-	-	27.897
Total do passivo circulante		1.187.312	-	(296.430)	890.882
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos		580.388	-	-	580.388
Debêntures		617.656	-	-	617.656
Tributos diferidos	3	-	-	16.441	16.441
Obrigações com benefícios pós-emprego		232.146	-	-	232.146
Partes relacionadas		2.778	-	-	2.778
Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		34.037	-	-	34.037
Parcelamento especial		18.403	-	-	18.403
Energia livre	1	41.889	-	(26.012)	15.877
Provisão de baixa renda		35.359	-	-	35.359
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		507.540	-	-	507.540
Outras obrigações		122	-	-	121
Total do passivo não circulante		2.070.318	-	(9.571)	2.060.746
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	1, 3, 4	998.230	-	-	998.230
Reservas de capital	5	23.254	-	-	23.254
Reservas de lucros	2	373.395	-	31.905	405.300
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	-	127.208	127.208
Total do patrimônio líquido		1.394.879	-	159.113	1.553.992
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>4.652.509</b>	<b>-</b>	<b>(146.888)</b>	<b>4.505.620</b>

### Conciliação do patrimônio líquido

	01/01/2009	31/12/2009
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	1.545.902	1.394.879
Ativo indenizável	-	(14)
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(142.432)	48.355
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	26.553	127.208
Tributos diferidos	48.427	(16.436)
Total dos ajustes no patrimônio líquido	(67.452)	159.112
Total do patrimônio líquido ajustado	1.478.450	1.553.992

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração do resultado

	Referência para ajustes	Publicado 31/12/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009
RECEITA LÍQUIDA	1 e 4	2.745.730	-	405.228	3.150.958
Custo do serviço	1, 3 e 4	(1.990.050)	-	(216.972)	(2.207.022)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>755.680</b>	<b>-</b>	<b>188.255</b>	<b>943.935</b>
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(63.325)	-	-	(63.325)
Despesas gerais e administrativas		(210.770)	-	-	(210.770)
		<b>(274.095)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(274.095)</b>
<b>LUCROS ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>481.585</b>		<b>188.255</b>	<b>669.840</b>
Receita financeira	1 e 3	101.408	-	(14)	101.394
Despesa financeira	1	(245.353)	-	21.726	(223.627)
<b>LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>337.640</b>	<b>-</b>	<b>209.967</b>	<b>547.607</b>
Correntes		(97.721)	-	-	(97.721)
Diferidos	1 e 3	(17.637)	-	(71.389)	(89.026)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>222.282</b>	<b>-</b>	<b>138.578</b>	<b>360.860</b>

Conciliação do resultado

	31/12/2009	
	Resultado antes dos impostos	Resultado do exercício
De acordo com as práticas contábeis anteriores	337.640	222.282
Ativo indenizável (avaliação valor justo)	(3.716)	(3.716)
Ativo indenizável (receita financeira)	3.702	3.702
Benefício pós emprego	19.194	19.194
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	190.788	190.788
Tributos diferidos	-	(71.389)
<b>Total dos ajustes no resultado</b>	<b>209.967</b>	<b>138.578</b>
<b>De acordo com as IFRSs</b>	<b>547.607</b>	<b>360.860</b>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

### Notas às reconciliações

A adoção dos CPC 15 ao 43 resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

(1) Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual). As demonstrações financeiras devem ser elaboradas de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos pronunciamentos foram revertidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

(2) Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08) – Esta interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis como definido no pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.

Os dividendos declarados e não pagos, excedentes ao mínimo obrigatório, referentes aos exercícios de 2008 e 2009 foram reconhecidos como ajuste na mutação do patrimônio líquido e foram revertidos na conta de dividendos a pagar, no balanço patrimonial, onde estavam originalmente apresentados de acordo com as regras anteriores.

(3) Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05) - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.



Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo.

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de concessão será calculado pelo órgão concedente em função da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerado a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado serão reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Considerando que o ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor.

(4) Contratos de Construção (CPC 17) – Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria. Pelo fato de quase a totalidade de construções de ativos ser terceirizado, a administração da companhia conclui que não há margem própria a ser aplicada. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

(5) Benefícios a empregados (CPC 33) – Este pronunciamento técnico fornece orientações sobre o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos benefícios concedidos aos empregados. Anteriormente, os efeitos de ganhos e perdas atuariais eram registrados diretamente no resultado do exercício. Com a adoção dos novos pronunciamentos contábeis esses efeitos são contabilizados em outros resultados abrangentes.

(6) Imposto de renda e contribuição social: os impostos diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias relacionadas às diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, considerando os critérios expostos na nota explicativa nº 2.

(7) Reclassificações: De acordo com os novos pronunciamentos contábeis foram efetuadas as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras da Companhia.

- a) Os depósitos judiciais relacionados a contingências prováveis e anteriormente registrados como redução das respectivas provisões foram reclassificados para o ativo não circulante.
- b) Os impostos diferidos anteriormente apresentados no circulante foram reclassificados para o não circulante.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Caixa e contas correntes bancárias	17.779	11.586	20.576
Aplicações financeiras	19.789	148.193	255.002
<b>Total</b>	<b><u>37.568</u></b>	<b><u>159.779</u></b>	<b><u>275.578</u></b>

Os investimentos dos excedentes de caixa são aplicados em bancos de primeira linha e possuem alta liquidez, ou seja, são prontamente conversíveis em recursos disponíveis em caixa de acordo com as necessidades de recurso da Companhia.

<u>Instituição</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
<u>Fundos exclusivos</u>					
Banco Bradesco S.A.	Fundo de Investimento (c)	9,91%	1.344	40.623	50.881
Banco Itaú S.A.	Fundo de Investimento (c)	9,93%	10.280	98.413	17.363
Banco Votorantim S.A.	Fundo de Investimento (c)	9,77%	2.571	169	59.228
Subtotal de fundos exclusivos			<u>14.196</u>	<u>139.205</u>	<u>127.472</u>
<u>Outras aplicações financeiras</u>					
Banco Itaú-Unibanco	Fundo de Investimento (a)	3,85%	4.096	7.878	
Outras instituições financeiras	Fundo de Investimento (a)	9,93%	401	26	24
Banco Bradesco S.A.	CDB (b)	9,59%	49	-	78.012
Banco Santander S.A.	CDB (b)	9,64%	-	-	30.088
Banco Itaú-Unibanco	CDB (b)	9,72%	872	777	19.040
Outras instituições financeiras	CDB (b)	7,03%	175	306	366
Subtotal de outras aplicações financeiras			<u>5.593</u>	<u>8.987</u>	<u>127.530</u>
Total de aplicações financeiras			<u>19.789</u>	<u>148.193</u>	<u>255.002</u>

Os saldos de aplicações financeiras alocadas como caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata e estão classificados como disponível para negociação, portanto, valorizados a mercado em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009:

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

- (a) Fundo de investimentos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.
- (b) Certificado de depósito bancário ou operação compromissada com liquidez diária;
- (c) Aplicações em títulos de certificado de depósito bancário ou operação compromissada com liquidez diária.

## 5. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	<u>Taxa média</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Córdoba				
Títulos Públicos Pós Fixados	9,97%	3.732	13.735	24.628
Títulos Públicos Pré Fixados	10,49%	1.738	19.037	33.624
Firenze				
Títulos Públicos Pós Fixados	9,92%	1.353	30.949	37.791
Títulos Públicos Pré Fixados	10,00%	774	90.253	4.187
Outros	9,92%	1.153	590	-
Mallorca				
Títulos Públicos Pós Fixados	10,52%	4.034	-	-
Títulos Públicos Pré Fixados	12,07%	2.053	-	-
Outros	10,52%	143	-	-
Verona				
Títulos Públicos Pós Fixados	9,34%	1.284	19.347	-
Títulos Públicos Pré Fixados	11,44%	477	21.458	-
Fundo Vicenza				
Títulos Públicos Pós Fixados	9,77%	7.756	253	2.911
Títulos Públicos Pré Fixados		-	-	26.056
Outros	9,77%	1.115	-	11.490
Total		<u>25.614</u>	<u>195.623</u>	<u>140.687</u>

Os saldos de aplicações financeiras em fundos exclusivo compostos por títulos públicos pós-fixados de Letra Financeira do Tesouro (LFT) e Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), Letra do Tesouro Nacional (LTF) os quais possuem um rendimento entre 9,34% e 10,52%. Adicionalmente, a Companhia possui contratos futuros de DI pós-fixados com aplicações em taxas pós-fixadas e operações compromissadas. O montante desses contratos futuros em 31 de dezembro de 2010 é de R\$2.774.

## 6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

	Vencidos	Vencidos até até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>I) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante</b>						
Classe de consumidores:						
Residencial	96.486	70.630	26.649	193.765	224.865	220.387
Industrial	19.470	5.096	14.655	39.221	57.753	59.990
Comercial	29.068	11.099	13.883	54.050	93.370	106.155
Rural	4.699	1.713	8.609	15.022	25.691	25.842
Poder público Iluminação Pública	36.772	14.689	85.799	137.260	139.095	122.880
Serviço público	739	198	2.292	3.229	5.752	12.774
Revenda	3.817	299	199	4.314	5.302	3.907
Subtotal	191.052	103.723	152.086	446.862	551.828	551.935
Renda não faturada (a)	164.272	-	-	164.272	173.005	153.657
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	9.904	-	4.136	14.040	4.136	4.136
Outros créditos	11.648	-	-	11.648	29.643	39.783
Total circulante	376.876	103.723	156.222	636.822	758.612	749.511
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(169.057)	(119.876)	(173.168)
Total líquido de consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante	376.876	103.723	156.222	467.765	638.736	576.343
<b>II) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo não circulante</b>						
Parcelamento de débitos (b)	74.006	-	-	74.006	31.402	28.788
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(53.164)	(2.515)	(2.178)
Total não circulante	74.006	-	-	20.842	28.887	26.610

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2009	(175.346)
(Adições) reversão	(40.359)
Baixas	93.314
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(122.391)
(Adições) reversão	(159.495)
Baixas	59.665
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(222.221)

(a) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

**(b) Receita não faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O Saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 164.272 (R\$ 173.005 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 153.657 em 1º de janeiro de 2009).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

**7. CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA**

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei 12.212/2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº. 407/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2010 é de R\$14.234, relativo às parcelas dos meses de novembro e dezembro de 2010 (R\$17.097 em 31 de dezembro de 2009 e R\$16.771 em 1º de janeiro de 2009).

**8. TRIBUTOS A COMPENSAR**

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.505	-	10.329	-	-	-
ICMS a compensar	47.775	55.334	39.545	55.882	44.511	48.212
Pis e Cofins a compensar	5.021	24.903	3.776	24.256	5.741	23.643
Outros tributos a compensar	4.713	-	15.360	-	11.369	-
<b>Total de tributos a compensar</b>	<b>62.014</b>	<b>80.237</b>	<b>69.010</b>	<b>80.138</b>	<b>61.621</b>	<b>71.855</b>

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal.

O crédito de ICMS, registrado em ativo circulante e em ativo não circulante, no valor e R\$103.109 (em 31 de dezembro 2010) refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do ICMS, quando se referir à aquisição de bens para o Ativo Fixo (conforme definido pela legislação fiscal) seja compensado em 48 meses.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Os valores classificados na linha de Pis e Cofins a compensar se referem ao PIS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.ºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar n.º 07/70. Adicionalmente, o grupo possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

## 9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS

As aplicações em garantia correspondem a valores vinculados aos contratos de compra de energia elétrica, contratos de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e retenção contratual de fornecedores. Os valores em garantias são aplicados em Fundos de Investimento em renda fixa e Certificados de Depósito Bancário (CDB), negociados com bancos de primeira linha, com remuneração associada ao desempenho do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de caixa em garantia estava disposto da seguinte forma:

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bradesco Premium	Fundo de Investimento	9,94%	-	19.088	-	32.295	-	10.672
Unibanco Top DI	Fundo de Investimento	-	-	-	10.110	-	6.564	-
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de Investimento	9,90%	23.098	-	-	-	-	-
Bradesco	CDB	9,69%	-	3.664	-	3.362	-	11.324
Itaú	CDB	8,89%	-	13.254	-	-	-	-
Unibanco	CDB	-	-	-	-	15.507	-	18.076
<b>Total</b>			<b>23.098</b>	<b>36.006</b>	<b>10.110</b>	<b>51.164</b>	<b>6.564</b>	<b>40.072</b>

## 10. ENERGIA LIVRE

Ativos	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recomposição Tarifária Extraordinária RTE	-	-	-	-	18.771	-
Energia Livre	-	-	-	-	31.179	-
Encargo Emergencial	3.181	-	4.141	-	4.513	-
<b>Total de Ativos Regulatórios</b>	<b>3.181</b>	<b>-</b>	<b>4.141</b>	<b>-</b>	<b>54.463</b>	<b>-</b>

Passivos	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Energia Livre	4.798	15.877	4.709	15.877	15.229	22.196
Encargo Emergencial	873	-	872	-	918	-
<b>Total de Passivos Regulatórios</b>	<b>5.671</b>	<b>15.877</b>	<b>5.581</b>	<b>15.877</b>	<b>16.147</b>	<b>22.196</b>

### Recomposição Tarifária Extraordinária- RTE

Em dezembro de 2001, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o acordo geral do setor elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas, relativas ao período de vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Com base nos acordos firmados e disposições regulamentares, todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita decorrente da redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (recomposição tarifária extraordinária) que foi reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária passou a ser aplicada às tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais (exceto baixa renda), rurais e iluminação pública;
- 7,9% para os demais clientes.

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a recuperação se daria em 112 meses a partir de dezembro de 2001, com prazo de previsto de encerramento em novembro de 2010, porém o saldo da RTE foi integralmente recuperado em 2009:

#### Energia Livre

O montante relacionado à energia livre (energia elétrica gerada e não-vinculada a contratos iniciais ou equivalentes) apurado de junho de 2001 a fevereiro de 2002 foi recuperado dos consumidores integralmente em 2009 e será repassado como ressarcimento aos geradores conforme critérios ainda a serem definidos pelo órgão regulador.

#### Encargo Emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

## 11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

O saldo dos depósitos vinculados a litígios está segregado da seguinte forma:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Trabalhistas	67.100	59.013	53.018
Cíveis	51.737	66.240	48.051
Fiscais	24.613	24.630	27.742
<b>Total</b>	<b><u>143.450</u></b>	<b><u>149.883</u></b>	<b><u>128.811</u></b>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

## 12. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Prejuízo fiscal	2.568	21.718	44.279	924	7.819	15.941	3.492	29.537	60.220
Base negativa da CSLL	-	2.813	10.985	-	1.013	3.954	-	3.825	14.939
Diferenças temporárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	111.579	126.885	127.864	40.169	45.679	46.031	151.748	172.564	173.895
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	62.673	37.715	49.568	22.562	13.578	17.845	85.235	51.293	67.413
Provisão para perdas de estoque	49	24	12	18	8	4	67	32	16
Provisão Enertrade	21.882	18.902	-	7.877	6.805	-	29.759	25.707	-
Outras provisões	7.990	8.383	-	2.876	3.018	-	10.866	11.401	-
Ativo indenizável (concessão)	3	4	-	1	1	-	4	5	-
Desreconhecimento de ativo regulatório	-	-	35.608	-	-	-	12.819	-	48.427
Benefício pós emprego	91.675	58.037	54.738	33.004	20.893	19.706	124.679	78.930	74.444
<b>Total</b>	<b>298.419</b>	<b>274.481</b>	<b>323.054</b>	<b>107.431</b>	<b>98.813</b>	<b>116.300</b>	<b>405.849</b>	<b>373.294</b>	<b>439.354</b>

A movimentação dos saldos referentes dos tributos diferidos está assim apresentada:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2009	439.354	-	439.354
Adições resultado do exercício	(72.585)	16.441	(89.026)
Adições resultado abrangente	6.526	-	6.526
Saldo em 31 de dezembro de 2009	373.295	16.441	356.854
Adições resultado do exercício	(17.297)	7.106	(24.403)
Adições resultado abrangente	49.851	-	49.851
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>405.849</u>	<u>23.547</u>	<u>382.302</u>

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos ativos, no prazo máximo estipulado nas disposições regulamentares como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e posterior Deliberação CVM nº 599/09 e CPC 32, correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

<u>Ano de realização</u>	<u>Montante a realizar</u>
2011	55.229
2012	54.691
2013	35.721
2014	35.394
2015 a 2017	109.582
2018 a 2020	115.232
Total	<u>405.849</u>

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.



Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

**13. OUTROS CRÉDITOS**

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Desativações em curso	-	228	2.522
Gastos a reembolsar - consumidores	3.688	3.507	4.247
Alienações em curso	3.268	733	7.363
Sindicato	5.658	5.658	5.658
Serviço em curso (a)	42.172	19.903	17.716
Consumidores - serviços prestados (b)	41.868	40.997	20.689
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.793	7.837	8.100
Convênio de arrecadação (c)	20.752	22.497	-
Adiantamentos a empregados	445	1.206	3.640
Assistência médica aposentados	4.170	4.499	3.371
Adiantamentos a fornecedores	6.722	6.915	4.109
Outros	293	5.441	4.194
Provisão para perda na realização de outros créditos	<u>(28.471)</u>	<u>(28.471)</u>	<u>(28.471)</u>
Total	<u>103.357</u>	<u>90.950</u>	<u>53.138</u>

- a) Serviços em curso: são registrados os custos (pessoal, material e serviços) com a realização de projetos de pesquisa e eficiência energética. O incremento ocorreu devido ao aumento nos investimentos em Eficiência Energética e P&D pela necessidade de cumprir com os prazos determinados pela Aneel.
- b) Consumidores – serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.
- c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

#### 14. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

Os Contratos de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996 celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a AMPLA Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e Orientação OCPC 05, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	<u>Imobilizado</u>	<u>Intangível</u>	<u>Ativo Indenizável (Concessão)</u>
Saldo originalmente publicado em 1 de Janeiro de 2009	2.412.995	34.866	
Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com o ICPC 10 e OCPC 05	(2.376.142)	2.160.118	216.024
Saldos reapresentados de acordo com ICPC 10 e OCPC 05 em 1º de janeiro de 2009	<u>36.853</u>	<u>2.194.984</u>	<u>216.024</u>

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 1º de janeiro de 2009	216.024
Transferências do Ativo Intangível	51.173
Receita financeira	3.702
Mudança na estimativa do fluxo de caixa	<u>(3.716)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	267.182
Transferências do Ativo Intangível	123.101
Baixas	(1.164)
Receita financeira	3.765
Mudança na estimativa do fluxo de caixa	<u>24.033</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u><u>416.918</u></u>

## 15. INTANGÍVEL

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	Vida útil	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>	19,76					
Direito de uso da concessão		3.821.084	(1.361.086)	(279.008)	2.180.990	1.993.838
Software		82.801	(60.826)	-	21.975	20.299
<b>Em Curso</b>						
Direito de uso da concessão		218.239	-	(4.171)	214.068	294.234
Software		14.303	-	-	14.303	17.717
<b>Total</b>		<u>4.136.427</u>	<u>(1.421.912)</u>	<u>(283.179)</u>	<u>2.431.336</u>	<u>2.326.088</u>
					<u>2.326.088</u>	<u>2.194.984</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço			Em Curso			Total	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais		Valor líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2009	3.524.766	(1.100.007)	(266.381)	2.158.378	58.845	(22.239)	36.606	2.194.984
Adições	-	-	-	-	353.513	(21.764)	331.749	331.749
Baixas	(23.407)	17.059	-	(6.348)	-	-	-	(6.348)
Amortização	-	(153.114)	9.989	(143.125)	-	-	-	(143.125)
Transferências	90.198	-	(33.795)	56.404	(90.198)	33.795	(56.404)	-
Transferências para Ativo Indenizável	(57.599)	-	6.427	(51.173)	-	-	-	(51.173)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.533.958	(1.236.062)	(283.760)	2.014.137	322.159	(10.208)	311.951	2.326.088
Adições	-	-	-	-	401.254	(5.390)	395.864	395.864
Baixas	(11.236)	7.777	-	(3.459)	-	-	-	(3.459)
Amortização	-	(178.680)	14.624	(164.056)	-	-	-	(164.056)
Transferências	490.870	-	(11.427)	479.443	(490.870)	11.427	(479.443)	-
Transferências para Ativo Indenizável	(124.656)	-	1.555	(123.101)	-	-	-	(123.101)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.888.936	(1.406.965)	(279.008)	2.202.964	232.543	(4.171)	228.372	2.431.336

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável – concessão (Vide nota explicativa nº 14).

(a) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício n° 1.314/2007-SFF/ANEEL de 27 de junho de 2007 que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão, estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média de 4,43%.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Programa de universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução normativa 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

16. FORNECEDORES

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Suprimento de energia elétrica			
Fornas Centrais Elétricas	20.218	20.888	17.288
Itaipú (Eletrobrás)	21.451	38.756	37.594
Encargo de Uso da Rede	16.953	17.841	9.776
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição-LIGHT	15.665	14.907	9.371
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado-CEAR	52.284	35.417	28.635
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-SPOT	774	8.009	20.239
Outros	19.498	12.821	28.097
Materiais e Serviços	127.725	73.040	40.504
<b>Total</b>	<b><u>274.569</u></b>	<b><u>221.679</u></b>	<b><u>191.504</u></b>

A variação em fornecedores de materiais e serviços deve-se a maior despesa de serviços de terceiros e retenção contratual.

A variação em Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – SPOT deve-se a maior realização de compras nesse ano superiores as vendas.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Taxa média anual de Encargos	Encargos de dívida			Principal					
		Circulante			Circulante			Não circulante		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
BNDES (Finame)	TJLP + 5,50%	-	4	15	-	622	2.518	-	-	622
BNDES (Finame)	TJLP + 6,00%	-	5	15	-	1.349	1.608	-	-	1.346
BNDES (Finame) (a)	4,50%	17	-	-	2.215	-	-	6.313	-	-
BNDES (Finem) (b)	TJLP + 5,20%	124	348	618	24.485	48.970	48.911	-	24.485	73.367
BNDES (Capex) (c)	TJLP + 5,20%	460	719	849	64.896	64.896	51.265	32.448	97.344	128.161
Eletrobrás (d)	6,00%	3	-	-	1.795	1.708	1.798	14.738	16.559	7.790
Bradesco S.A.	CDI + 1,00%	-	-	2.991	-	-	42.852	-	-	-
Bradesco S.A.	CDI + 1,40%	-	-	1.625	-	-	23.333	-	-	-
Bradesco S.A. (e)	CDI + 1,15%	66	5	1.832	5.340	2.670	-	5.340	10.680	13.350
Bradesco S.A. (f)	CDI + 1,05%	5.174	5.632	6.035	40.000	-	-	60.000	100.000	100.000
Banco Alfi S.A. (g)	CDI + 0,95%	3.233	3.124	4.712	10.000	10.000	-	50.000	60.000	70.000
Banco Pactual S.A.	IGPM+11,30%	-	-	2.039	-	-	36.451	-	-	-
União dos Bancos Brasileiros S.A.	CDI + 1,10%	-	-	318	-	-	32.164	-	-	-
União dos Bancos Brasileiros S.A.	CDI + 1,25%	-	-	26	-	-	46.667	-	-	-
União dos Bancos Brasileiros S.A. (h)	CDI + 1,15%	172	160	204	5.320	2.660	-	5.320	10.640	13.300
HSBC Bank Brasil S.A. (i)	CDI + 0,95%	264	187	309	15.000	-	-	15.000	30.000	30.000
HSBC Bank Brasil S.A. (j)	CDI + 0,85%	1.047	740	1.228	60.000	-	-	60.000	120.000	120.000
Banco do Brasil S.A. (k)	CDI + 0,97%	1.016	809	1.202	-	-	-	100.000	100.000	100.000
Banco Itai S.A. (l)	CDI + 1,13%	18	10	15	6.674	2.670	-	6.675	10.680	13.350
<b>Total</b>		<b>11.594</b>	<b>11.743</b>	<b>24.033</b>	<b>235.725</b>	<b>135.545</b>	<b>287.567</b>	<b>355.834</b>	<b>580.388</b>	<b>671.286</b>

- a. BNDES Finame: Financiamento para aquisição de equipamentos nacionais, contratado a partir de 20 de agosto de 2009, junto ao banco Safra, com repasse de recursos do BNDES e taxa de juros fixas de 4,50% a.a.. A amortização mensal iniciou-se dia 15 de abril de 2010 e o último pagamento está previsto para 15 de dezembro de 2014. As operações têm garantia de fiança bancária (R\$ 268). O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 8.545.
- b. BNDES Finem - Rede Ampla: Financiamento para ampliação da rede de distribuição no período de 2005/2007 da Companhia, contratado em 18 de agosto de 2005, no montante de R\$ 165.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES e taxa de juros de 6,00% a.a., mais TJLP. A Companhia captou 100% do valor do contrato. A amortização mensal iniciou-se dia 15 de janeiro de 2008 e o último pagamento está previsto para 15 de junho de 2011. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários (R\$ 3.750) e conta-reserva (R\$ 12.852). O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 24.609.
- c. BNDES Capex: Financiamento para o plano de investimento 2006/2008 da Companhia, contratado em 03 de novembro de 2006, no montante de R\$ 301.425, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES e taxa de juros de 5,20% a.a., mais TJLP. A Companhia sacou 73% do valor do contrato. A amortização mensal iniciou-se dia 15 de janeiro de 2009 e o último pagamento está previsto para 15 de junho de 2012. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários (R\$ 7.549) e conta-reserva (R\$ 15.973). O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 97.804.
- d. Eletrobrás – Luz para todos - Empréstimos contratados a partir de 01 de junho de 2004 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos no montante de R\$ 58.446, originários de R\$ 11.945 da CDE (subvenção) e R\$ 46.502 da RGR (empréstimo). A 1ª liberação ocorreu em 16 de setembro de 2004, e até 30 de junho de 2010, a Companhia recebeu R\$ 25.721, sendo R\$ 5.158 provenientes da CDE (subvenção) e R\$ 20.563

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

- provenientes da RGR (empréstimo). A amortização mensal iniciou-se dia 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de maio de 2021. Os juros são de 5% a.a. mais taxa de administração de 1% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 211) e notas promissórias no valor total do empréstimo. Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo devedor era de R\$ 16.536.
- e. Bradesco S.A. – A Companhia contratou em 28 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 13.500, com taxa de CDI mais 1,15% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 13 de dezembro de 2010 e o último pagamento está previsto para 03 de dezembro de 2012. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 10.746.
- f. Bradesco S.A. – A Companhia contratou em 01 de fevereiro de 2008, operação de capital de giro no valor de R\$ 100.000, com taxa de CDI mais 1,05% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 17 de janeiro de 2011 e o último pagamento está previsto para 07 de janeiro de 2013. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 105.174.
- g. Banco Alfa S.A. – A Companhia contratou em 10 de janeiro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 70.000, com taxa de CDI mais 0,95% a.a., prazo de dois anos e meio de carência e três anos de amortizações semestrais. A amortização iniciou em 11 de janeiro de 2010 e o último pagamento está previsto para 30 de julho de 2012. A operação tem garantias em notas promissórias totalizando 120% do principal a amortizar (R\$ 72.000). O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 63.233.
- h. União dos Bancos Brasileiros S.A. – A Companhia contratou em 26 de novembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 13.300, com taxa de CDI mais 1,15% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 10 de novembro de 2010 e o último pagamento está previsto para 30 de outubro de 2012. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 10.812.
- i. HSBC Bank Brasil S.A. – A Companhia contratou em 03 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 30.000, com taxa de CDI mais 0,95% a.a., prazo de três anos e meio de carência e dois anos de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 03 de junho de 2011 e o último pagamento está previsto para 03 de dezembro de 2012. A operação tem garantias em notas promissórias totalizando 130% do principal a amortizar (R\$ 39.000). O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 30.264.
- j. HSBC Bank Brasil S.A. – A Companhia contratou em 03 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 120.000, com taxa de CDI mais 0,85% a.a., prazo de três anos e meio de carência e dois anos de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 03 de junho de 2011 e o último pagamento está previsto para 03 de dezembro de 2012. A operação tem garantias em notas promissórias totalizando 130% do principal a amortizar (R\$ 156.000). O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 121.047.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

- k. Banco do Brasil S.A. – A Companhia contratou em 04 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 100.000, com taxa de CDI mais 0,97% a.a., prazo de seis anos de carência com amortização ao final. A amortização ocorrerá em 30 de outubro de 2013. A operação tem garantias em notas promissórias no valor total do contrato. O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 101.016.
- l. Banco Itaú S.A. – A Companhia contratou em 28 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 13.350, com taxa de CDI mais 1,13% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 28 de dezembro de 2010 e o último pagamento está previsto para 28 de dezembro de 2012. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 13.367.

Do total de empréstimos e financiamentos, R\$ 138.949 estão garantidos por vínculos com a receita de energia elétrica (arrecadação).

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de Dezembro de 2010:

<u>Contratos</u>	<u>Obrigações especiais financeiras</u>	<u>Limite</u>
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,5
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida)	0,6
Capital de giro	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,5
Capital de giro	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2

A curva de amortização de longo prazo dos empréstimos e financiamentos se apresenta da seguinte forma:

	<u>2010</u>
2012	219.108
2013	124.325
2014	3.994
2015	2.110
2016	1.981
Após 2016	4.316
<b>Total</b>	<b>355.834</b>

Variação dos indexadores da dívida acumulados no ano até a posição de 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente:



Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Indexador	2010	2009
IPCA	5,91%	4,31%
IGP-M	11,32%	-1,71%
TJLP	6,00%	6,00%
CDI	9,75%	9,90%
SELIC	9,78%	9,93%
TR	0,69%	0,71%

Mutação de empréstimos e financiamentos sem os efeitos dos custos de captação:

	Moeda Nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 1º de janeiro de 2009	311.600	671.286	982.886
Ingressos	-	50.377	50.377
Encargos	96.186	-	96.186
Transferência de prazo	141.275	(141.275)	-
Amortizações e pagamento de juros	(401.773)	-	(401.773)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	147.288	580.388	727.676
Ingressos	-	9.965	9.965
Encargos	67.867	-	67.867
Transferência de prazo	234.519	(234.519)	-
Amortizações e pagamento de juros	(202.355)	-	(202.355)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	247.319	355.834	603.153

## 18. DEBÊNTURES

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Principal atualizado	185.000	443.203	133.518	620.000	-	505.846
Juros incorridos	18.437	-	27.557	-	34.508	-
(-) Custo a amortizar	(658)	(1.183)	-	(2.344)	-	-
<b>Total</b>	<b>202.779</b>	<b>442.020</b>	<b>161.075</b>	<b>617.656</b>	<b>34.508</b>	<b>505.846</b>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

	Circulante	Não circulante	Total
1º de janeiro de 2009	34.508	505.846	540.354
Ingressos	-	250.000	250.000
Encargos provisionados	52.694	-	52.694
Encargos pagos	(61.973)	-	(61.973)
Transferências	135.846	(135.846)	-
Custo da transação	-	(2.344)	(2.344)
Em dezembro de 2009	161.075	617.656	778.731
Encargos provisionados	67.817	8.203	76.020
Encargos pagos	(74.528)	-	(74.528)
Transferências	185.000	(185.000)	-
Amortização	(135.927)	-	(135.927)
Custo da transação	(658)	1.161	503
Em dezembro de 2010	202.779	442.020	644.799

Características das emissões:

Série	4ª emissão série única	5ª emissão 1ª série	5ª emissão 2ª série
Forma e espécie	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária)	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária).	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária).
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	01 de agosto de 2006	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento final	01 de agosto de 2012	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Remuneração	Taxa média DI + 0,85% a.a.	Taxa média DI + 1,1% a.a.	Taxa média IPCA + 8,30% a.a.
Taxa Efetiva 2010	10,68% a.a.	10,96% a.a.	14,70% a.a.
Pagamento dos juros	Semestral, a partir da data da emissão	Anual, a partir da data da emissão	Semestral, a partir da data da emissão
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures	Parcela única na data do vencimento	Em 3 parcelas anuais (Dez/2013, 14 e 15)

4ª EMISSÃO

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Sociedade, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Sociedade está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

**5ª EMISSÃO**

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries no montante total de R\$250.000.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras.

<b>Emissão</b>	<b>Obrigações especiais financeiras</b>	<b>Limite</b>
4ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,90
4ª Emissão	Dívida Líquida de CP / EBITDA (máximo)	1,50
4ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,30
5ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
5ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Total</b>
1ª série- 4ª emissão	185.000	-	-		185.000
1ª série- 5ª emissão	115.330	-	-		115.330
2ª série- 5ª emissão	-	47.624	47.624	47.625	142.873
(-) custo de transação	(640)	(221)	(183)	(139)	(1.183)
<b>Total</b>	<b>299.690</b>	<b>47.403</b>	<b>47.441</b>	<b>47.486</b>	<b>442.020</b>

**19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS**Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 66 municípios do estado do Rio de Janeiro. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos “covenants” financeiros.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 17 e nº 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros) e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado nas notas explicativas nº 27).

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Dívida	1.247.952	1.506.407	1.523.240
Caixa e saldos de bancos (inclusivo outros ativo financeiros)	<u>(63.182)</u>	<u>(355.401)</u>	<u>(416.265)</u>
Dívida líquida (a)	<u>1.184.770</u>	<u>1.151.006</u>	<u>1.106.975</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>1.583.469</u>	<u>1.553.992</u>	<u>1.478.450</u>
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	<u>0,43</u>	<u>0,43</u>	<u>0,43</u>

- (i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia realizou ao longo do exercício operações de contratos futuros de juros. Essas operações foram utilizadas exclusivamente na gestão dos recursos da renda fixa, com objetivo realizar operações de proteção dos títulos detidos à vista, efetuar operações de posicionamento em taxas de juros e trocar de indexadores dos títulos detidos à vista. As estratégias nos mercados futuros são consideradas no conjunto de todos os ativos que fazem parte da carteira, ou seja, seus resultados individuais visam contribuir para a obtenção do resultado global da parcela de renda fixa, estabelecido na política de investimentos. Em 31 de dezembro de 2010, os saldos marcados a mercado em aberto das operações de contratos futuros de DI eram de R\$ 2.774, os quais estão compondo a carteira dos referidos fundos exclusivos.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Entretanto, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia busca a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (Eletrobrás) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2010 fossem iguais as esperadas para 2011, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

2010	Aumento / Redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	1,39%	(12.710)	(12.710)
TJLP	0,00%	-	-
IPCA	-1,55%	293	293

f) Risco de Liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

	Taxa média de juros efetiva	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>31 de dezembro de 2010</b>							
Empréstimos e Financiamentos							
Pré-fixados	4,83%	432	842	4.210	18.459	8.070	32.013
Empréstimos e Financiamentos							
Pós-fixados	10,99%	44.859	20.926	224.746	384.242	0	674.773
Debêntures	11,62%	21.011	0	234.525	523.736	0	779.272
		<u>66.302</u>	<u>21.768</u>	<u>463.481</u>	<u>926.437</u>	<u>8.070</u>	<u>1.486.058</u>
<b>31 de dezembro de 2009</b>							
Empréstimos e Financiamentos							
Pré-fixados	6,00%	280	557	2.026	14.432	15.614	32.909
Empréstimos e Financiamentos							
Pós-fixados	11,32%	24.891	23.527	150.211	666.047	0	864.676
Debêntures	11,01%	17.115	148.547	41.059	698.617	50.219	955.557
		<u>42.286</u>	<u>172.631</u>	<u>193.296</u>	<u>1.379.096</u>	<u>65.833</u>	<u>1.853.142</u>

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2010 e 2009 quanto à utilização da conta:

	Conta Garantida	2010	2009
	Contratada	40.000	40.000
	Utilizada	0	0

g) Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Ativo	Categoria	Nível	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	37.568	37.568	159.779	159.779	275.578	275.578
Outros ativos financeiros	Valor justo por meio de resultado	2	25.614	25.614	195.623	195.623	140.687	140.687
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	59.104	59.104	61.274	61.274	46.636	46.636
Consumidores concessionários	Empréstimos e recebíveis	2	488.067	488.067	667.623	667.623	602.953	602.953
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	416.918	416.918	267.182	267.182	216.024	216.024
<b>Passivo</b>								
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	2	603.153	600.186	727.676	736.055	982.886	989.525
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	2	644.799	637.658	778.731	777.087	540.354	528.163
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	274.569	274.569	221.679	221.679	191.504	191.504

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de mercado pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.



Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros:

<b>Indexador do Contrato</b>	<b>2011</b>	<b>Cenário + 25%</b>	<b>Cenário + 50%</b>
CDI	94.784	118.481	142.178
IPCA	19.886	24.858	29.829
TJLP	8.224	10.280	12.337
FIXO	1.469	1.469	1.469
<b>TOTAL</b>	<b>124.363</b>	<b>155.088</b>	<b>185.813</b>

## 20. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>
Conta de consumo de combustível – CCC	10.386	2.022	9.181
Recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	7.230	7.087	6.190
Reserva global de reversão – RGR e outros	3.295	6.379	6.090
Encargo de energia reserva - EER (a)	968	-	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	101	101	101
Encargos ex-isolados (b)	1.487	-	-
<b>Total</b>	<b>23.467</b>	<b>15.589</b>	<b>21.562</b>

(a) O encargo de energia de reserva (EER), criado pelo Decreto nº 6.353/2008 e regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL nº 337/2008, destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de energia de reserva, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, a ser rateado entre os usuários de energia de reserva.

(b) A Lei nº 12.111, de 09/12/2009, alterou a Lei nº 9.991/2002, determinando que as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica recolham, mensalmente, ao Tesouro Nacional, até 31/12/2012, o adicional de 0,3% sobre sua Receita Operacional Líquida, para fins de ressarcimento aos Estados da região Norte que tiveram perda na arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação de seus respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

## 21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, montantes dos saldos, natureza das transações e efeitos nas Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010					
	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Receita (Despesa)
ENERSIS AGENCIA (a)						
Empréstimos e financiamentos	-	233	45	-	-	(369)
Diversos	-	58	-	2.409	-	(4)
CAM - Companhia Americana de Multiserviços (b)						
Adiantamento e fornecedores a pagar	-	-	589	-	5.699	(6.062)
SYNOPSIS BRASIL S.A. (c)						
Adiantamento e fornecedores a pagar	9	-	2.560	-	5.806	(12.477)
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A. (d)						
Compra de energia	-	-	90.806	-	-	(38.737)
ENDESA BRASIL S.A. (e)						
Conta corrente	-	424	-	-	-	-
FUNDAÇÃO BRASILETROS						
Fundo de Pensão	-	-	-	365.312	-	(17.557)
Outras	1	-	18	-	-	-
<b>Total de transações com partes relacionadas</b>	<b>9</b>	<b>715</b>	<b>94.018</b>	<b>367.721</b>	<b>11.505</b>	<b>(75.206)</b>
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	-	365.312	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>715</b>	<b>94.018</b>	<b>2.409</b>	<b>11.505</b>	<b>(75.206)</b>

	31/12/2009						01/01/2009					
	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Receita (Despesa)	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)	Intangível
ENERSIS AGENCIA (a)												
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.201	-
Diversos	-	297	52	2.778	-	945	-	320	70	3.729	(920)	-
CAM - Companhia Americana de Multiserviços (b)												
Adiantamento e fornecedores a pagar	433	-	1.427	-	5.236	(7.611)	433	-	2.473	-	(3.000)	24.425
SYNOPSIS BRASIL S.A. (c)												
Adiantamento e fornecedores a pagar	1.164	-	5.032	-	7.246	(12.557)	9	-	4.121	7	(16.309)	5.999
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A. (d)												
Compra de energia	-	-	82.179	-	-	(85.688)	-	-	2.597	-	(35.182)	-
ENDESA BRASIL S.A. (e)												
Conta corrente	-	427	-	-	-	-	-	427	-	-	-	-
FUNDAÇÃO BRASILETROS												
Fundo de Pensão	-	-	-	232.146	-	(27.328)	-	-	-	218.952	(64.031)	-
Outras	1	-	19	-	-	6	1	-	25	-	1	-
<b>Total de transações com partes relacionadas</b>	<b>1.598</b>	<b>724</b>	<b>88.709</b>	<b>234.924</b>	<b>12.482</b>	<b>(132.233)</b>	<b>443</b>	<b>747</b>	<b>9.286</b>	<b>222.688</b>	<b>(62.240)</b>	<b>30.424</b>
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	-	232.146	-	-	-	-	-	218.952	-	-
<b>Total</b>	<b>1.598</b>	<b>724</b>	<b>88.709</b>	<b>2.778</b>	<b>12.482</b>	<b>(132.233)</b>	<b>443</b>	<b>747</b>	<b>9.286</b>	<b>3.736</b>	<b>(62.240)</b>	<b>30.424</b>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Enersis Agência

A Companhia possui um contas a pagar com a empresa Enersis Agência no valor de R\$2.454 (R\$2.830 em 31 de dezembro de 2009), referente a compra de software.

(b) CAM Brasil Multiserviços Ltda.

Os saldos com a CAM Brasil, controlada indiretamente pelo mesmo grupo econômico, advém, basicamente, de contratação desta para manutenção dos concentradores do sistema de gestão de perdas e medição de energia elétrica através do contrato CS095/2006 vigente até 11/11/2011.

No presente contrato não constam garantias de cumprimento das obrigações.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2010 soma R\$589 (R\$1.427 em 31 de dezembro de 2009).

No ativo circulante o montante refere-se a adiantamentos decorrentes da prestação de serviços de recuperação de medidores no valor de R\$433 em 31 de dezembro de 2009.

(c) Synapsis Brasil S.A.

As operações com a Synapsis Brasil S.A referem-se, basicamente, à prestação de serviços de informática e manutenção dos sistemas da Companhia através do contrato 002/SG – D/2001 vigente até 31/12/2011.

Considerando-se os ganhos de eficiência obtidos ao longo do tempo com a contínua melhoria dos serviços da Synapsis a partir da experiência com os processos e sistemas da Ampla, o acordo estabelecido prevê uma redução anual a partir de 2008, sendo 3% de redução para 2008, 4% para 2009, e 6% para 2010 e 2011. Os valores referentes a 2007 foram obtidos a partir da aplicação sobre os valores de 2006 de um IGP-M (acumulado dezembro), estimado em 3,7%.

O total do contas a pagar em 31 de dezembro de 2010 é de R\$2.560 (R\$5.032 em 31 de dezembro de 2009).

(d) Enertrade

As operações com a Enertrade – Comercializadora de Energia S.A referem-se à compra e venda de energia elétrica através do contrato 001/2002 vigente até 30/12/2022.

A Companhia encontrava-se em disputa arbitral com a Enertrade por conta do preço praticado pela compra de energia. O contrato inicial previa um preço de 97,42R\$/MWh que subsequentemente foi reduzido e homologado pela ANEEL em 72,64R\$/MWh. A Ampla estava pagando seu contrato de energia com base no valor homologado.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Em 19 de março de 2009, foi dada a decisão arbitral final, onde o tribunal decretou entre outras:

- A extinção do contrato em 28 de agosto de 2006, anulando as obrigações contratuais posteriores que já foram objeto de liquidação;
- Pagamento das diferenças entre o preço da energia previsto no contrato e o valor homologado pela ANEEL com relação ao período compreendido entre o início do contrato até 28 de agosto de 2006, corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% ao mês.

Em razão da decisão arbitral, a Companhia ingressou em maio de 2009 com ação judicial para anular os efeitos da referida sentença arbitral e suspender a sua exigibilidade. Fez-se necessário então, provisionar o valor do laudo arbitral - R\$69.029, que atualizado até 31 de dezembro de 2010 era de R\$87.525 (R\$75.610 em 31 de dezembro de 2009). Esse valor é atualizado mensalmente, conforme critérios de atualização do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (onde tramita atualmente a ação anulatória).

Ficará constituído o inadimplemento da Ampla quando esta deixar de liquidar qualquer dos pagamentos nas datas de seus vencimentos incidindo sobre o valor principal das parcelas em atraso, após atualizadas monetariamente os acréscimos de juros efetivos de 12% (doze por cento) ao ano calculados “*pro rata die*” e multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura em mora.

As faturas em aberto por meio de contrato de compra de energia montam R\$3.281 em 31 de dezembro de 2010 (R\$6.569 em 31 de dezembro de 2009).

(e) Endesa Brasil S.A.

O montante de R\$424 (R\$427 em 31 de dezembro de 2009) representa contas a receber da Companhia com sua controladora referente a pagamentos de diversos gastos administrativos.

(f) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Ampla oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária, indicada pela Brasiletros.

O total de despesas em 2010 foi R\$17.557 (R\$27.328 em 2009).

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

## (g) EN Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil)

A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. O contrato é datado de 17 de Dezembro de 2009 e seu prazo de vigência é de 04 (quatro) anos contados a partir da data de sua aprovação pela ANEEL.

Em caso de inadimplemento pela Ampla, a Prátil poderá notificá-la para no prazo de 5 (cinco) dias úteis satisfazer plenamente a obrigação descumprida, sob pena de multa não compensatória no valor de 50% (cinquenta por cento) da média mensal de todo valor arrecadado pela Prátil em razão do contrato, sem prejuízo do pagamento de eventuais perdas e danos a que der causa a título de indenização suplementar.

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo do passivo é nulo, indicando que todo o montante arrecadado até 31 de dezembro de 2010 foi devidamente repassado.

Na opinião de sua administração, a Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$5.051 (R\$5.914 em 31 de dezembro de 2009).

	31/12/2010	31/12/2009
Benefícios de curto prazo	4.847	5.662
Benefícios pós-emprego	203	251
<b>Total</b>	<b>5.051</b>	<b>5.914</b>

## 22. PROGRAMAS DE P&amp;D / EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

A seguir apresentamos a composição dos saldos desses passivos:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Programa de Eficiência Energética - PEE	56.793	-	25.011	23.298	23.023	21.791
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19.580	6.721	16.806	10.739	19.929	3.522
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	461	-	328	-	6.308	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	231	-	658	-	3.154	-
<b>Total</b>	<b>77.065</b>	<b>6.721</b>	<b>42.803</b>	<b>34.037</b>	<b>52.414</b>	<b>25.313</b>

### 23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

#### Provisões passivas com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões passivas em 31 de dezembro de 2010:

	01/01/2009 (Reclassificação)		31/12/2009			31/12/2010			
	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	267.215	(15.225)	22.013	(8.834)	265.169	(49.309)	17.383	(48.761)	184.482
Cíveis (b)	152.847	92.257	9.625	(62.999)	191.730	59.058	20.322	(41.319)	229.791
Fiscais (c)	94.468	(33.116)	(10.069)	(642)	50.641	(2.988)	1.680	(17.288)	32.045
<b>Total</b>	<b>514.530</b>	<b>43.916</b>	<b>21.569</b>	<b>(72.475)</b>	<b>507.540</b>	<b>6.761</b>	<b>39.385</b>	<b>(107.368)</b>	<b>446.318</b>

#### (a) Riscos trabalhistas

Referem-se as reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e prestadores de serviços de empresas terceirizadas contra a Companhia, envolvendo o questionamento de vínculo empregatício, cobrança de horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade, reintegração, entre outros.

Os principais valores provisionados referem-se aos seguintes temas:

- URP - Unidade de Reposição de Preço, referente a perdas salariais ocorridas à época do plano econômico do Governo Federal no montante de R\$47.083;
- Reintegração de ex-funcionários, no montante de R\$30.394;
- Vínculo empregatício de prestadores de serviços, no montante de R\$7.357;
- Cobrança de horas extras, no montante de R\$5.290.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

**(b) Riscos cíveis**

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal (R\$44.655), indenização por acidentes/morte com energia elétrica (R\$21.213), desapropriações (R\$27.179), ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais (R\$18.633).

O restante do valor constante na provisão (R\$118.111), subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

Adicionalmente, existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

**(c) Riscos fiscais**

**ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado**

A Companhia ajuizou Ação Anulatória de débitos de ICMS decorrentes da não comprovação da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado no período de janeiro/1999 a janeiro/2001, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$5.987 (R\$5.673 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia obteve decisão desfavorável e aguarda conversão em renda dos valores depositados à Fazenda Estadual.

**ICMS – Pagamento a menor**

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$7.610 (R\$6.951 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia apresentou defesa (Embargos à Execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

**Contingências passivas com risco possível**

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

<b>Causas Possíveis</b>	
Trabalhistas	110.750
Cíveis	311.134
Fiscais (c)	1.229.245
Pequenas causas	167.699
<b>Total</b>	<b>1.818.828</b>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

As principais contingências possíveis são:

(a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, etc.

(b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

(c) Riscos fiscais

Imposto de renda retido na fonte – Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte – IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda, o qual aguarda julgamento. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de êxito é possível, motivo pelo qual a Administração optou por não contabilizar provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$742.280 (R\$704.429 em 31 de dezembro de 2009).

COFINS - Auto de Infração período pós imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24/08/2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do Recurso Especial apresentado. Aguarda-se julgamento do Agravo da companhia e do Recurso Especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$164.826 (R\$157.561 em 31 de dezembro de 2009).



Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

#### ICMS – Prazo de Recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$168.857 (R\$152.481 em 31 de dezembro de 2009).

#### ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia recebeu três Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro/1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999 e julho de 1997 a outubro de 1998, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. Para os três autos de infração a Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa. Os valores atualizados em 31 de dezembro de 2010 representam respectivamente R\$9.466, R\$1.460 e R\$18.418 (R\$8.701, R\$1.345 e R\$16.905 em 31 de dezembro de 2009).

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$13.132 (R\$11.916 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

#### ICMS – Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$13.266 (R\$12.187 em 31 de dezembro de 2009).

#### ICMS – Saída de bens para reparação

A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de dezembro de 2010 de R\$9.694 e R\$10.494 (R\$8.869 em 31 de dezembro de 2009), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial nos dois processos.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

#### Taxa de uso de solo

A Companhia possui 7 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$61.888 (R\$48.582 referentes a 4 processos em 31 de dezembro de 2009 – Itaboraí, Rio Bonito e 1 processo de Rio das Ostras). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em cinco Execuções Fiscais, todas aguardam decisão de 1ª instância judicial.

#### Imposto Sobre Serviços - ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Companhia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$8.675 (R\$8.278 em 31 de dezembro de 2009), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Companhia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$1.289 (A Ampla foi citada durante o ano de 2010), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Ampla apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

#### Taxa de Empachamento

Em 01 de junho de 2009, Ampla ajuizou em face do Município de Niterói Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de Taxa de Empachamento e exigência de licença municipal prévia para que a AMPLA possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$5.500 (R\$3.250 em 31 de dezembro de 2009). Em maio de 2010 a Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial.

#### Ativo Contingente

A companhia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a restituição no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$101.535. A companhia obteve decisão favorável de primeira instância judicial e aguarda o julgamento do recurso apresentado pela União Federal.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

**24. TRIBUTOS A PAGAR**

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	13.469	8.677	7.631
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	14.984	9.994	4.696
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	24.382	23.435	18.750
Programa de integração social - PIS	4.993	4.788	3.765
Imposto sobre serviços - ISS	2.232	517	868
Outros	574	3.017	1.695
<b>Total</b>	<b><u>60.634</u></b>	<b><u>50.428</u></b>	<b><u>37.405</u></b>

**25. PROVISÃO DE BAIXA RENDA**

Face a um novo entendimento sobre a Resolução Normativa nº 297 de 18 de dezembro de 2007, a Companhia efetuou uma análise sobre o cadastro de clientes de baixa renda e reverteu em sua totalidade a provisão no exercício de 2010 (R\$35.359 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 51.000 em 01 de janeiro de 2009).

**26. PARCELAMENTO ESPECIAL**

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial – PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R\$42.489 (sendo R\$18.433 de principal; R\$21.231 de atualização pela SELIC; R\$2.703 de multa; e R\$122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de dezembro de 2010 é de R\$21.468 (R\$23.940 em 31 de dezembro de 2009).

Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$2.974, sendo R\$2.605 de ICMS e R\$369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECPS). A esses valores foi somado o montante de R\$179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	<u>01/01/2009</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2010</u>		Total
	REFIS	REFIS	REFIS	REFERJ	
Saldo inicial	33.346	28.942	23.940	3.100	23.940
(-) Pagamentos	(5.699)	(5.951)	(6.194)	(318)	(6.194)
(+) Atualização	1.295	949	832	108	832
Saldo final	<u>28.942</u>	<u>23.940</u>	<u>18.579</u>	<u>2.890</u>	<u>18.579</u>
<b>Circulante</b>	<b>5.815</b>	<b>5.537</b>	<b>6.305</b>	<b>683</b>	<b>6.988</b>
<b>Não circulante</b>	<b>23.127</b>	<b>18.403</b>	<b>12.273</b>	<b>2.207</b>	<b>14.480</b>

## 27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
	(Em unidades)	(Em unidades)	(Em unidades)
Quantidade de ações ordinárias			
Ações Ordinárias	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446
<b>Total</b>	<u><b>3.922.515.918.446</b></u>	<u><b>3.922.515.918.446</b></u>	<u><b>3.922.515.918.446</b></u>

Sua composição acionária tem a seguinte distribuição em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009:

Acionista	<u>31/12/2009 e 01/01/2009</u>	
	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>% de Participação no capital</u>
Endesa Brasil S. A.	1.839.121.933.344	46,89%
Chilectra Inversurd S.A.	824.607.526.461	21,02%
Enersis S.A.	536.591.907.868	13,68%
Chilectra S.A.	405.768.824.339	10,34%
Electricidade de Portugal Intern SGPS S.A.	302.176.533.045	7,70%
Outros	14.249.193.389	0,37%
<b>Total</b>	<u><b>3.922.515.918.446</b></u>	<u><b>100,00%</b></u>

### b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

c) Reforço de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

O saldo de lucros remanescente, no valor de R\$154.020 foi destinado à constituição de reserva em 31 de dezembro de 2010, até que ocorresse a Assembléia Geral para decidir sobre sua destinação.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro líquido do exercício	216.092	222.281
(-) Prejuízos de outros resultados abrangentes	(96.770)	-
(-/+ ) Reversão de dividendos prescritos	56	-
(-) Reserva legal	(5.969)	(11.114)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b><u>113.409</u></b>	<b><u>211.167</u></b>
Dividendo mínimo obrigatório	28.352	52.792
Dividendos propostos	22.969	180.000
Reserva de reforço de capital de giro	22.087	

O dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, calculado com base no lucro líquido daquele exercício, apurado com de acordo com as práticas contábeis vigentes àquela época, montou em R\$52.792.

Adicionalmente, o resultado do exercício apurado após os ajustes da adoção das novas práticas contábeis, gerou um lucro do exercício maior o qual foi transferido para a reserva especial de capital de giro.

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro do Exercício	216.092	360.859
Número de Ações	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446
Lucro por ação - básico (reais por mil ações):	0,06	0,09

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

## 28. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue

	Vigência	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015
ITAIPU		203	212	220	245	262	12.834
PROINFA		43	45	47	49	51	2.487
ENERTRADE	Até 2022	39	40	42	44	45	373
CCEAR 2005 - Energia Existente	Até 2012	258	269	-	-	-	-
CCEAR 2006 - Energia Existente	Até 2013	241	252	261	-	-	-
CCEAR 2007 - Energia Existente	Até 2014	43	45	47	49	-	-
CCEAR 2007 - Energia Existente (A-1)	Até 2014	6	6	6	7	-	-
CCEAR2008 - Energia Existente	Até 2015	73	76	79	82	86	-
CCEAR2009 - Energia Existente	Até 2016	41	43	44	46	48	50
CCEAR2008 - Energia Nova - T15	Até 2022	14	15	15	16	17	136
CCEAR2008 - Energia Nova - H30	Até 2037	2	2	2	2	2	74
CCEAR2009 - Energia Nova - T15	Até 2023	26	27	28	29	30	290
CCEAR2009 - Energia Nova - H30	Até 2038	19	20	20	21	22	840
CCEAR2009 - Energia Nova (A-3) - T15	Até 2023	11	11	12	12	12	120
CCEAR2009 - Energia Nova (A-3) - H30	Até 2038	21	21	22	23	24	917
CCEAR2010 - Energia Nova - T15	Até 2024	72	75	78	81	84	926
CCEAR2010 - Energia Nova - H30	Até 2039	35	37	38	40	41	1.680
CCEAR2011 - Energia Nova - T15	Até 2025	45	47	48	50	52	653
CCEAR2011 - Energia Nova - H30	Até 2040	23	24	25	26	27	1.167
CCEAR2010 - Energia Nova (A-3)	Até 2024	5	5	5	6	6	64
CCEAR2012 - Energia Nova (A-5) - T15	Até 2026	-	79	82	85	88	1.241
CCEAR2012 - Energia Nova (A-5) - H30	Até 2041	-	35	37	38	40	1.826
CCEAR2012 - Energia Nova (UHE Santo Antonio)	Até 2041	-	0	12	33	51	2.497
CCEAR2013 - Energia Nova (UHE Jirau)	Até 2042	-	-	31	61	88	5.149
CCEAR2011 - Energia Nova (A-3)	Até 2025	31	33	34	35	36	456
CCEAR2013 - Energia Nova (A-5) - T15	Até 2027	-	-	397	413	430	6.717
CCEAR2013 - Energia Nova (A-5) - H30	Até 2040	-	-	16	17	17	848
<b>Total</b>		<b>1.251</b>	<b>1.419</b>	<b>1.649</b>	<b>1.508</b>	<b>1.560</b>	<b>41.345</b>

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2010 que foram homologados pela ANEEL.

## 29. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$365.312 (R\$232.146 em 31 de dezembro de 2009), corresponde a totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

A Companhia reconheceu contabilmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

Plano de assistência médica dos aposentados (PAMA)

A Ampla tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

### Notas Explicativas

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da Companhia relativos aos planos de benefícios definidos estão apresentados abaixo:

	31/12/2010				31/12/2009			
	Ampla (total)	PCA	PACV	PAMA	Ampla (total)	PCA	PACV	PAMA
Conciliação dos ativos (passivos):								
Valor presente das obrigações atuariais	(968.746)	(653.709)	(169.519)	(145.518)	(803.412)	(554.814)	(154.314)	(94.284)
Valor justo dos ativos	623.510	434.015	189.495	-	595.575	416.952	178.623	-
Restrição de reconhecimento do ativo	(19.976)	-	(19.976)	-	(24.309)	-	(24.309)	-
<b>Ativo / (passivo) atuarial</b>	<b>(365.212)</b>	<b>(219.694)</b>	<b>-</b>	<b>(145.518)</b>	<b>(232.146)</b>	<b>(137.862)</b>	<b>-</b>	<b>(94.284)</b>

### Movimentação da obrigação atuarial líquido:

Movimentação da obrigação atuarial líquido em 2010

	31/12/2010				31/12/2009			
	Total	PCA	PACV	PAMA	Total	PCA	PACV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	(803.412)	(554.814)	(154.314)	(94.284)	(730.782)	(508.348)	(139.098)	(83.336)
Custo dos serviços correntes	(3.479)	70	(3.549)	-	(3.731)	(89)	(3.642)	-
Custo dos juros	(90.090)	(62.106)	(17.439)	(10.545)	(91.694)	(63.619)	(17.653)	(10.422)
Contribuições de participantes do plano	(3.116)	(33)	(3.083)	-	(42)	(42)	-	-
Impacto por alteração das hipóteses	-	-	-	-	(45.755)	(34.996)	(5.178)	(5.581)
Ganho/(perda) atuarial	(139.460)	(88.667)	(3.180)	(47.613)	1.230	1.585	2.367	(2.722)
Benefícios pagos em 2010	70.811	51.841	12.046	6.924	67.362	50.695	8.890	7.777
<b>Valor presente da obrigação atuarial total</b>	<b>(968.746)</b>	<b>(653.709)</b>	<b>(169.519)</b>	<b>(145.518)</b>	<b>(803.412)</b>	<b>(554.814)</b>	<b>(154.314)</b>	<b>(94.284)</b>

### Movimentação do valor justo dos ativos dos Planos de Aposentadoria e Benefício saúde para aposentadoria:

Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	31/12/2010				31/12/2009			
	Total	PCA	PACV	PAMA	Total	PCA	PACV	PAMA
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	595.575	416.952	178.623	-	515.587	366.008	149.579	-
Retorno esperado dos ativos do plano	76.012	52.166	23.846	-	68.097	47.314	20.783	-
Ganho (perda) atuarial	(11.495)	(4.381)	(7.114)	-	45.884	31.807	14.077	-
Contribuições do empregador	17.201	21.086	3.103	(6.988)	25.550	22.476	3.074	-
Contribuições do participante do plano	10.104	33	3.083	6.988	(7.735)	42	-	(7.777)
Benefícios pagos em 2010	(63.887)	(51.841)	(12.046)	-	(51.808)	(50.695)	(8.890)	7.777
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>623.510</b>	<b>434.015</b>	<b>189.495</b>	<b>-</b>	<b>595.575</b>	<b>416.952</b>	<b>178.623</b>	<b>-</b>
Restrição de reconhecimento	(19.976)	-	(19.976)	-	(24.309)	-	(24.309)	-
<b>Valor justo dos ativos do plano (final)</b>	<b>603.534</b>	<b>434.015</b>	<b>169.519</b>	<b>-</b>	<b>571.266</b>	<b>416.952</b>	<b>154.314</b>	<b>-</b>

### Despesa total reconhecida no resultado:

Despesas total reconhecida no resultado

	Total	PCA	PACV	PAMA	Total	PCA	PACV	PAMA
Custo do serviço corrente	3.479	(70)	3.549	-	3.731	89	3.642	-
Custo dos juros	90.090	62.106	17.439	10.545	91.694	63.619	17.653	10.422
Retorno esperado dos ativos do plano	(76.012)	(52.166)	(23.846)	-	(68.097)	(47.314)	(20.783)	-
<b>Total de despesas / (receitas)</b>	<b>17.557</b>	<b>9.870</b>	<b>(2.858)</b>	<b>10.545</b>	<b>27.328</b>	<b>16.394</b>	<b>512</b>	<b>10.422</b>

### Outros resultados abrangentes:

Outros resultados abrangentes

	Ampla (total)	PCA	PACV	PAMA	Ampla (total)	PCA	PACV	PAMA
Perda atuarial	(150.955)	(93.048)	(10.294)	(47.613)	1.358	(1.604)	11.266	(8.303)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	4.334	-	4.334	-	(20.552)	-	(20.552)	-
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>(146.621)</b>	<b>(93.048)</b>	<b>(5.960)</b>	<b>(47.613)</b>	<b>(19.194)</b>	<b>(1.604)</b>	<b>(9.286)</b>	<b>(8.303)</b>

### Despesa prevista para 2011:

Despesas prevista para 2011:

	31/12/2010				31/12/2009			
	Ampla (total)	PCA	PACV	PAMA	Ampla (total)	PCA	PACV	PAMA
Custo do serviço corrente	3.648	3	3.645	-	3.557	8	3.549	-
Custo dos juros	97.991	65.786	17.354	14.851	90.090	62.106	17.439	10.545
Retorno dos investimentos	(75.456)	(50.404)	(25.052)	-	(76.012)	(52.166)	(23.846)	-
Contribuição esperada dos empregados	(36)	(36)	-	-	(78)	(78)	-	-
<b>Total de despesas previstas</b>	<b>26.147</b>	<b>15.349</b>	<b>(4.053)</b>	<b>14.851</b>	<b>17.557</b>	<b>9.870</b>	<b>(2.858)</b>	<b>10.545</b>



Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

Informação de ativos do plano em 2010:

	<u>PCA</u>	<u>PACV</u>
Ações	19,324%	19,231%
Títulos de dívida	73,043%	75,318%
Bens imóveis	7,625%	5,445%
Outros	0,008%	0,006%
<b>Total</b>	<b><u>100%</u></b>	<b><u>100%</u></b>

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

<u>Principais premissas atuariais</u>	<u>Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA</u>	<u>Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV</u>	<u>Plano de Assistência Médica</u>
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	10,50%	10,50%	10,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	12,09%	12,09%	N/A
Taxa do crescimento salarial	6,59%	N/A	N/A
Taxa de inflação esperada	4,5%	4,5%	4,5%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,5%	4,5%	N/A
Tábua geral de mortalidade (qx)	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
Tábua de mortalidade de inválidos ( $q_x^i$ )	qx da AT-49 (+6)	qx da AT-49	N/A

### 30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	327.915	547.606
Alíquota nominal	34%	34%
	<b>111.491</b>	<b>186.186</b>
Depreciação Lei 8.200	216	233
Diferenças permanentes, líquidas	116	328
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>111.823</u></b>	<b><u>186.747</u></b>
Correntes	87.420	97.720
Diferidos	24.403	89.027

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

### 31. RECEITA LÍQUIDA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	(Não auditado)		(Não auditado)		31/12/2009	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	(Reclassificado)
Fornecimento faturado-						
Residencial	2.091.865	2.096.793	3.916.155	3.742.404	1.924.301	1.922.832
Industrial	4.809	4.808	1.331.086	1.131.528	469.042	477.024
Comércio, serviços e outras	144.565	143.989	1.846.005	1.825.968	957.590	980.850
Rural	60.640	59.774	224.180	221.560	60.457	61.561
Poder público	12.463	12.079	415.916	407.065	220.635	214.574
Iluminação pública	1.340	1.272	460.265	451.309	127.876	130.026
Serviços públicos	1.099	1.006	283.630	281.432	76.018	78.615
Consumo Próprio	331	320	21.517	21.801	7.715	8.050
	<b>2.317.112</b>	<b>2.320.041</b>	<b>8.498.754</b>	<b>8.083.067</b>	<b>3.843.635</b>	<b>3.873.532</b>
Fornecimento não faturado					(8.733)	19.348
Consumidores, concessionários e permissionários					3.834.902	3.892.880
Suprimento de energia elétrica					132.200	29.314
Baixa renda					126.205	134.640
Disponibilidade da rede elétrica					198.187	169.855
Receita de construção					395.864	331.749
Outras receitas					60.643	81.381
Receita operacional bruta					4.748.001	4.639.819
(-) Deduções da receita						
ICMS					(1.015.296)	(994.590)
PIS					(49.268)	(44.630)
COFINS					(227.005)	(205.491)
ISS					(3.300)	(2.498)
Quota para reserva global de reversão					(53.196)	(54.913)
Subvenções CCC/CDE					(210.820)	(159.230)
P&D e eficiência energética					(26.295)	(27.509)
Encargo Ex-Isolados					(8.046)	-
Total de deduções de receita					(1.593.226)	(1.488.861)
<b>Total</b>	<b>2.317.112</b>	<b>2.320.041</b>	<b>8.498.754</b>	<b>8.083.067</b>	<b>3.154.775</b>	<b>3.150.958</b>

### 32. RESULTADO DO SERVIÇO

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	2010			2009	
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(69.474)	(12.456)	(54.262)	(136.192)	(142.728)
Material	(7.535)	(3.466)	(476)	(11.477)	(16.095)
Serviços de terceiros	(224.249)	(3.417)	(26.084)	(253.749)	(230.119)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.235.155)	-	-	(1.235.155)	(1.193.215)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(233.690)	-	-	(233.690)	(161.432)
Encargos do serviços de sistema	(46.568)	-	-	(46.568)	(83.252)
Depreciação e amortização	(166.475)	-	(5.647)	(172.122)	(170.824)
PCLD clientes - líquidas	-	(159.495)	-	(159.495)	(40.359)
Provisão para riscos fiscais, civil e trabalhistas	-	-	(6.763)	(6.763)	(43.916)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(7.015)	-	-	(7.015)	(6.638)
Custo de construção	(395.864)	-	-	(395.864)	(331.749)
Outros custos operacionais	(13.023)	(373)	(21.563)	(34.959)	(60.791)
<b>Total</b>	<b>(2.399.048)</b>	<b>(179.207)</b>	<b>(114.794)</b>	<b>(2.693.049)</b>	<b>(2.481.118)</b>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

A composição dos custos com energia elétrica é como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Itaipu Binacional	(197.581)	(179.803)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A	(38.737)	(85.688)
CCEE	(15.799)	(103.433)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(767.811)	(625.796)
Light S.A.	(148.907)	(131.583)
Proinfa	(43.279)	(38.681)
Outros	(23.041)	(28.231)
<b>Sub-total</b>	<b><u>(1.235.155)</u></b>	<b><u>(1.193.215)</u></b>
<b>Encargos de uso rede de transmissão</b>		
Rede Básica	(160.047)	(127.676)
Encargos de Conexão	(19.044)	(17.918)
Outros Encargos	(54.600)	(15.838)
<b>Sub-total</b>	<b><u>(233.690)</u></b>	<b><u>(161.432)</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>(1.468.845)</u></b>	<b><u>(1.354.647)</u></b>

A composição de outros custos e outras despesas operacionais é como segue:

<u>Outros custos e despesas operacionais</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Aluguéis	(12.592)	(11.983)
Tributos	(1.317)	(1.108)
Despesas postais	(2.776)	(4.256)
Despesas gerais	(3.223)	(4.841)
Publicidade e propaganda	(1.947)	(2.213)
Indenizações de terceiros	(2.980)	(9.288)
Seguros	(1.843)	(1.958)
Estagiários	(1.334)	(1.370)
Doações, contribuições e subvenções	(1.509)	(1.281)
Perda na desativação de bens e direitos	(3.603)	(18.789)
Ajuste de inventário	(1.204)	(2.636)
Outros	(631)	(1.068)
<b>Total</b>	<b><u>(34.959)</u></b>	<b><u>(60.791)</u></b>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

A composição do resultado financeiro é como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	22.540	44.621
Multas e acréscimos moratórios	55.003	42.150
Transações com partes relacionadas	368	952
Variações monetárias diversas	3.126	1.311
Receita ativo financeiro	27.798	(14)
Outras receitas financeiras	24.451	12.374
<b>Total</b>	<b><u>133.286</u></b>	<b><u>101.394</u></b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargo de dívidas	(67.868)	(96.086)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(39.385)	(21.569)
Encargo de fundo de pensão	(14.307)	(17.832)
Multas e acréscimos moratórios	(9.651)	(3.051)
Juros debêntures	(76.020)	(52.694)
Custo de transação debêntures	(999)	-
Indenizações DIC / FIC	(24.572)	-
Juros Selic s/ P&D	(3.636)	(4.968)
IOF	(3.050)	(808)
Outras despesas financeiras	(27.609)	(26.619)
<b>Total</b>	<b><u>(267.097)</u></b>	<b><u>(223.627)</u></b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b><u>(133.811)</u></b>	<b><u>(122.233)</u></b>

Ampla Energia e Serviços S.A.  
**Notas Explicativas**

### 33. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei no 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei no 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o exercício de 2010 foi de R\$8.236 e está registrado como despesa operacional. (R\$9.579 em 2009).

### 34. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou a compra de ativos para a manutenção e expansão da concessão registrados diretamente por fornecedores, que não afetou o saldo de caixa, no montante de R\$ 62.691 (R\$ 17.481 em 31 de dezembro de 2009).

### 35. COBERTURA DE SEGUROS

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice internacional do Grupo Endesa, com o valor em risco no montante global de R\$662.363, cobertura de lucros cessantes no total de R\$995.980 e com uma cobertura por eventos de danos materiais combinado a perda de benefícios no montante de R\$54.018. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$270.090 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas tem validade no período compreendido de 30 de junho de 2010 a 30 de junho de 2011.

O prêmio total de R\$1.669 corresponde a R\$1.111 de riscos operacionais e R\$558 de responsabilidade civil.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	30/6/2010	30/6/2011	662.363	54.018
Responsabilidade civil geral	30/6/2010	30/6/2011		270.090

### 36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em reunião realizada em 29 de março de 2011, as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Ampla Energia e Serviços S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado em 29 de março de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro 29 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Auditores Independentes Contador  
CRC- nº 2SP 011.609/O-8-“F” RJ CRC 1RJ 65.976/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

O Conselho de Administração e a Diretoria da Ampla Energia e Serviços, tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2010, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes concordou com e aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

O Conselho de Administração e a Diretoria da Ampla Energia e Serviços, tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2010, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes concordou com e aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.



**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Alteração de escala de moeda e de escala de quantidade de ações
3	Correção no DRE, entre as linhas de custo de serviços vendidos (3,02) e despesas gerais e administrativas (3,04,02).
4	Correção da data de início do último exercício